



CÓD: OP-141AG-21
7908403510801

OURO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Psicólogo

EDITAL Nº 01/2021

Língua Portuguesa

1. Interpretação de textos. Gêneros e tipologias textuais	01
2. Ortografia	09
3. Acentuação gráfica	10
4. Emprego do sinal indicativo da crase	11
5. Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos.	11
6. Morfologia: classes de palavras: classificação, flexões, emprego (artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, substantivo, preposição e conjunção)	12
7. Estrutura e formação das palavras (radicais, prefixos, sufixos, desinências)	18
8. Pontuação	19
9. Sinônimos e Antônimos. Homônimos e Topônimos	20
10. Sintaxe de concordância (nominal e verbal), de regência (nominal e verbal) e de colocação (pronominal)	20
11. Linguagem figurada	23
12. Conotação e denotação	20
13. Figuras de linguagem	23
14. Vícios de linguagem	25
15. Frase, oração e período. Termos da oração: essenciais, integrantes, acessórios. Período simples e composto: a coordenação e a subordinação. Orações coordenadas e subordinadas: assindéticas, sindéticas, substantivas, adjetivas, adverbiais e reduzidas.	26

Legislação

1. Lei Orgânica Municipal	01
2. Lei Municipal nº 1.007/1992 e suas alterações (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais)	28
3. Lei Municipal nº 1.180/1993 e suas alterações (Plano de Cargos e Carreiras do Quadro Geral de Pessoal)	41
4. Lei Complementar Municipal nº 23/2012 e suas alterações (Plano de Carreiras do Magistério)	58

Conhecimentos Gerais

1. Temas relevantes e atualidades: aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais, culturais, ambientais a nível estadual, nacional, internacional e do Município de Ouro/SC	01
---	----

Informática Básica

1. Conceitos, hardware, software	01
2. Instalação, configuração e utilização: Word 2010, Excel 2010, Outlook 2010 e PowerPoint 2010 e suas respectivas versões.	01

Conhecimentos Específicos

Psicólogo

1. História da Psicologia: principais correntes, influências, contribuições e teóricos.	01
2. Saúde Mental: concepção de saúde e doença; conceito de normal e patológico; contribuições da psiquiatria, psicologia e psicanálise.	02
3. Conceitos gerais em Psicoterapia.	02
4. Psicopatologia	03
5. Semiologia dos Transtornos Mentais.	04
6. Psicodiagnóstico: a função do diagnóstico, instrumentos disponíveis e suas aplicabilidades.	04
7. Teóricas e técnicas psicoterápicas.	05
8. Principais modelos de psicoterapia.	05
9. Teorias da Personalidade.	05
10. Avaliação Psicológica. Testes psicológicos.	06
11. Psicometria.	06
12. Psicologia do Desenvolvimento: todas as fases do desenvolvimento.	06
13. Psicologia da Aprendizagem.	45
14. Psicologia Social.	46
15. Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos: O papel do profissional de Psicologia inserido nas Políticas Públicas.	46
16. Código de Ética Profissional do Psicólogo.	46
17. Resoluções e Normas do Conselho Federal de Psicologia.	49
18. Psicologia baseada em evidências.	49
19. Mecanismos de defesa.	50
20. Pesquisa em Psicoterapia.	50
21. Regulação emocional em psicoterapia.	50
22. Etiologia das Deficiências Mentais.	51
23. Atualidades relativas à profissão.	51

1. Interpretação de textos. Gêneros e tipologias textuais	01
2. Ortografia	09
3. Acentuação gráfica	10
4. Emprego do sinal indicativo da crase	11
5. Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos.	11
6. Morfologia: classes de palavras: classificação, flexões, emprego (artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, substantivo, preposição e conjunção).	12
7. Estrutura e formação das palavras (radicais, prefixos, sufixos, desinências)	18
8. Pontuação	19
9. Sinônimos e Antônimos. Homônimos e Topônimos	20
10. Sintaxe de concordância (nominal e verbal), de regência (nominal e verbal) e de colocação (pronominal)	20
11. Linguagem figurada	23
12. Conotação e denotação	20
13. Figuras de linguagem	23
14. Vícios de linguagem	25
15. Frase, oração e período. Termos da oração: essenciais, integrantes, acessórios. Período simples e composto: a coordenação e a subordinação. Orações coordenadas e subordinadas: assindéticas, sindéticas, substantivas, adjetivas, adverbiais e reduzidas	26

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS. GÊNEROS E TIPOLOGIAS TEXTUAIS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
------------------------	---

TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir

a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento.

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira.

Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”*, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- *Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.*

- *Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.*

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz *“Todos os políticos são ladrões”*, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase *“O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam”*, em que o termo imperialismo é descabido, uma vez que, a rigor, significa *“ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica”*.

A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

Convém ainda alertar que não se convence ninguém com manifestações de sinceridade do autor (como eu, que não costumo mentir...) ou com declarações de certeza expressas em fórmulas feitas (como estou certo, creio firmemente, é claro, é óbvio, é evidente, afirmo com toda a certeza, etc). Em vez de prometer, em seu texto, sinceridade e certeza, autenticidade e verdade, o enunciador deve construir um texto que revele isso. Em outros termos, essas qualidades não se prometem, manifestam-se na ação.

A argumentação é a exploração de recursos para fazer parecer verdadeiro aquilo que se diz num texto e, com isso, levar a pessoa a que texto é endereçado a crer naquilo que ele diz.

Um texto dissertativo tem um assunto ou tema e expressa um ponto de vista, acompanhado de certa fundamentação, que inclui a argumentação, questionamento, com o objetivo de persuadir. Argumentar é o processo pelo qual se estabelecem relações para chegar à conclusão, com base em premissas. Persuadir é um processo de convencimento, por meio da argumentação, no qual procura-se convencer os outros, de modo a influenciar seu pensamento e seu comportamento.

A persuasão pode ser válida e não válida. Na persuasão válida, expõem-se com clareza os fundamentos de uma ideia ou proposição, e o interlocutor pode questionar cada passo do raciocínio empregado na argumentação. A persuasão não válida apoia-se em argumentos subjetivos, apelos subliminares, chantagens sentimentais, com o emprego de “apelações”, como a inflexão de voz, a mímica e até o choro.

Alguns autores classificam a dissertação em duas modalidades, expositiva e argumentativa. Esta, exige argumentação, razões a favor e contra uma ideia, ao passo que a outra é informativa, apresenta dados sem a intenção de convencer. Na verdade, a escolha dos dados levantados, a maneira de expô-los no texto já revelam uma “tomada de posição”, a adoção de um ponto de vista na dissertação, ainda que sem a apresentação explícita de argumentos. Desse ponto de vista, a dissertação pode ser definida como discussão, debate, questionamento, o que implica a liberdade de pensamento, a possibilidade de discordar ou concordar parcialmente. A liberdade de questionar é fundamental, mas não é suficiente para organizar um texto dissertativo. É necessária também a exposição dos fundamentos, os motivos, os porquês da defesa de um ponto de vista.

Pode-se dizer que o homem vive em permanente atitude argumentativa. A argumentação está presente em qualquer tipo de discurso, porém, é no texto dissertativo que ela melhor se evidencia.

Para discutir um tema, para confrontar argumentos e posições, é necessária a capacidade de conhecer outros pontos de vista e seus respectivos argumentos. Uma discussão impõe, muitas vezes, a análise de argumentos opostos, antagônicos. Como sempre, essa capacidade aprende-se com a prática. Um bom exercício para aprender a argumentar e contra-argumentar consiste em desenvolver as seguintes habilidades:

- **argumentação**: anotar todos os argumentos a favor de uma ideia ou fato; imaginar um interlocutor que adote a posição totalmente contrária;
- **contra-argumentação**: imaginar um diálogo-debate e quais os argumentos que essa pessoa imaginária possivelmente apresentaria contra a argumentação proposta;
- **refutação**: argumentos e razões contra a argumentação oposta.

A argumentação tem a finalidade de persuadir, portanto, argumentar consiste em estabelecer relações para tirar conclusões válidas, como se procede no método dialético. O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno em questão e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Descartes (1596-1650), filósofo e pensador francês, criou o método de raciocínio silogístico, baseado na dedução, que parte do simples para o complexo. Para ele, verdade e evidência são a mesma coisa, e pelo raciocínio torna-se possível chegar a conclusões verdadeiras, desde que o assunto seja pesquisado em partes, começando-se pelas proposições mais simples até alcançar, por meio de deduções, a conclusão final. Para a linha de raciocínio cartesiana, é fundamental determinar o problema, dividi-lo em partes, ordenar os conceitos, simplificando-os, enumerar todos os seus elementos e determinar o lugar de cada um no conjunto da dedução.

A lógica cartesiana, até os nossos dias, é fundamental para a argumentação dos trabalhos acadêmicos. Descartes propôs quatro regras básicas que constituem um conjunto de reflexos vitais, uma série de movimentos sucessivos e contínuos do espírito em busca da verdade:

- evidência;
- divisão ou análise;
- ordem ou dedução;
- enumeração.

A enumeração pode apresentar dois tipos de falhas: a omissão e a incompreensão. Qualquer erro na enumeração pode quebrar o encadeamento das ideias, indispensável para o processo dedutivo.

A forma de argumentação mais empregada na redação acadêmica é o *silogismo*, raciocínio baseado nas regras cartesianas, que contém três proposições: *duas premissas*, maior e menor, e *a conclusão*. As três proposições são encadeadas de tal forma, que a conclusão é deduzida da maior por intermédio da menor. A premissa maior deve ser universal, emprega *todo*, *nenhum*, *pois alguns* não caracteriza a universalidade. Há dois métodos fundamentais de raciocínio: a *dedução* (silogística), que parte do geral para o particular, e a *indução*, que vai do particular para o geral. A expressão formal do método dedutivo é o silogismo. A dedução é o caminho das consequências, baseia-se em uma conexão descendente (do geral para o particular) que leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias gerais, de verdades universais, pode-se chegar à previsão ou determinação de fenômenos particulares. O percurso do raciocínio vai da causa para o efeito. Exemplo:

Todo homem é mortal (premissa maior = geral, universal)
Fulano é homem (premissa menor = particular)
Logo, Fulano é mortal (conclusão)

A indução percorre o caminho inverso ao da dedução, baseia-se em uma conexão ascendente, do particular para o geral. Nesse caso, as constatações particulares levam às leis gerais, ou seja, parte de fatos particulares conhecidos para os fatos gerais, desconhecidos. O percurso do raciocínio se faz do *efeito* para a *causa*. Exemplo:

O calor dilata o ferro (particular)
O calor dilata o bronze (particular)
O calor dilata o cobre (particular)
O ferro, o bronze, o cobre são metais
Logo, o calor dilata metais (geral, universal)

Quanto a seus aspectos formais, o silogismo pode ser válido e verdadeiro; a conclusão será verdadeira se as duas premissas também o forem. Se há erro ou equívoco na apreciação dos fatos, pode-se partir de premissas verdadeiras para chegar a uma conclusão falsa. Tem-se, desse modo, o **sofisma**. Uma definição inexata, uma divisão incompleta, a ignorância da causa, a falsa analogia são algumas causas do sofisma. O sofisma pressupõe má fé, intenção deliberada de enganar ou levar ao erro; quando o sofisma não tem essas intenções propositais, costuma-se chamar esse processo de argumentação de **paralogismo**. Encontra-se um exemplo simples de sofisma no seguinte diálogo:

- Você concorda que possui uma coisa que não perdeu?
- Lógico, concordo.
- Você perdeu um brilhante de 40 quilates?
- Claro que não!
- Então você possui um brilhante de 40 quilates...

Exemplos de sofismas:

Dedução

Todo professor tem um diploma (geral, universal)
Fulano tem um diploma (particular)
Logo, fulano é professor (geral – conclusão falsa)

Indução

O Rio de Janeiro tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
Taubaté (SP) tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
Rio de Janeiro e Taubaté são cidades.

Logo, toda cidade tem uma estátua do Cristo Redentor. (geral – conclusão falsa)

Nota-se que as premissas são verdadeiras, mas a conclusão pode ser falsa. Nem todas as pessoas que têm diploma são professores; nem todas as cidades têm uma estátua do Cristo Redentor. Comete-se erro quando se faz generalizações apressadas ou infundadas. A “simples inspeção” é a ausência de análise ou análise superficial dos fatos, que leva a pronunciamentos subjetivos, baseados nos sentimentos não ditados pela razão.

Tem-se, ainda, outros métodos, subsidiários ou não fundamentais, que contribuem para a descoberta ou comprovação da verdade: análise, síntese, classificação e definição. Além desses, existem outros métodos particulares de algumas ciências, que adaptam os processos de dedução e indução à natureza de uma realidade particular. Pode-se afirmar que cada ciência tem seu método próprio demonstrativo, comparativo, histórico etc. A análise, a síntese, a classificação e a definição são chamadas métodos sistemáticos, porque pela organização e ordenação das ideias visam sistematizar a pesquisa.

Análise e síntese são dois processos opostos, mas interligados; a análise parte do todo para as partes, a síntese, das partes para o todo. A análise precede a síntese, porém, de certo modo, uma depende da outra. A análise decompõe o todo em partes, enquanto a síntese recompõe o todo pela reunião das partes. Sabe-se, porém, que o todo não é uma simples justaposição das partes. Se alguém reunisse todas as peças de um relógio, não significa que reconstruiu o relógio, pois fez apenas um amontoado de partes. Só reconstruiria todo se as partes estivessem organizadas, devidamente combinadas, seguida uma ordem de relações necessárias, funcionais, então, o relógio estaria reconstruído.

Síntese, portanto, é o processo de reconstrução do todo por meio da integração das partes, reunidas e relacionadas num conjunto. Toda síntese, por ser uma reconstrução, pressupõe a análise, que é a decomposição. A análise, no entanto, exige uma decomposição organizada, é preciso saber como dividir o todo em partes. As operações que se realizam na análise e na síntese podem ser assim relacionadas:

Análise: penetrar, decompor, separar, dividir.

Síntese: integrar, recompor, juntar, reunir.

A análise tem importância vital no processo de coleta de ideias a respeito do tema proposto, de seu desdobramento e da criação de abordagens possíveis. A síntese também é importante na escolha dos elementos que farão parte do texto.

Segundo Garcia (1973, p.300), a análise pode ser *formal ou informal*. A análise formal pode ser científica ou experimental; é característica das ciências matemáticas, físico-naturais e experimentais. A análise informal é racional ou total, consiste em “discernir” por vários atos distintos da atenção os elementos constitutivos de um todo, os diferentes caracteres de um objeto ou fenômeno.

A análise decompõe o todo em partes, a classificação estabelece as necessárias relações de dependência e hierarquia entre as partes. Análise e classificação ligam-se intimamente, a ponto de se confundir uma com a outra, contudo são procedimentos diversos: análise é decomposição e classificação é hierarquização.

Nas ciências naturais, classificam-se os seres, fatos e fenômenos por suas diferenças e semelhanças; fora das ciências naturais, a classificação pode-se efetuar por meio de um processo mais ou menos arbitrário, em que os caracteres comuns e diferenciadores são empregados de modo mais ou menos convencional. A classificação, no reino animal, em ramos, classes, ordens, subordens, gêneros e espécies, é um exemplo de classificação natural, pelas características comuns e diferenciadoras. A classificação dos variados itens integrantes de uma lista mais ou menos caótica é artificial.

Exemplo: aquecedor, automóvel, barbeador, batata, caminhão, canário, jipe, leite, ônibus, pão, pardal, pintassilgo, queijo, relógio, sabiá, torradeira.

Aves: Canário, Pardal, Pintassilgo, Sabiá.

Alimentos: Batata, Leite, Pão, Queijo.

Mecanismos: Aquecedor, Barbeador, Relógio, Torradeira.

Veículos: Automóvel, Caminhão, Jipe, Ônibus.

Os elementos desta lista foram classificados por ordem alfabética e pelas afinidades comuns entre eles. Estabelecer critérios de classificação das ideias e argumentos, pela ordem de importância, é uma habilidade indispensável para elaborar o desenvolvimento de uma redação. Tanto faz que a ordem seja crescente, do fato mais importante para o menos importante, ou decrescente, primeiro o menos importante e, no final, o impacto do mais importante; é indispensável que haja uma lógica na classificação. A elaboração do plano compreende a classificação das partes e subdivisões, ou seja, os elementos do plano devem obedecer a uma hierarquização. (Garcia, 1973, p. 302304.)

Para a clareza da dissertação, é indispensável que, logo na introdução, os termos e conceitos sejam definidos, pois, para expressar um questionamento, deve-se, de antemão, expor clara e racionalmente as posições assumidas e os argumentos que as justificam. É muito importante deixar claro o campo da discussão e a posição adotada, isto é, esclarecer não só o assunto, mas também os pontos de vista sobre ele.

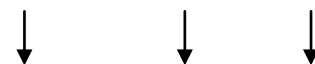
A definição tem por objetivo a exatidão no emprego da linguagem e consiste na enumeração das qualidades próprias de uma ideia, palavra ou objeto. Definir é classificar o elemento conforme a espécie a que pertence, demonstra: a característica que o diferencia dos outros elementos dessa mesma espécie.

Entre os vários processos de exposição de ideias, a definição é um dos mais importantes, sobretudo no âmbito das ciências. A definição científica ou didática é denotativa, ou seja, atribui às palavras seu sentido usual ou consensual, enquanto a conotativa ou metafórica emprega palavras de sentido figurado. Segundo a lógica tradicional aristotélica, a definição consta de três elementos:

- o termo a ser definido;
- o gênero ou espécie;
- a diferença específica.

O que distingue o termo definido de outros elementos da mesma espécie. Exemplo:

Na frase: O homem é um animal racional classifica-se:



Elemento espécie diferença
a ser definido específica

É muito comum formular definições de maneira defeituosa, por exemplo: *Análise é quando a gente decompõe o todo em partes*. Esse tipo de definição é gramaticalmente incorreto; *quando* é advérbio de tempo, não representa o gênero, a espécie, *a gente* é forma coloquial não adequada à redação acadêmica. Tão importante é saber formular uma definição, que se recorre a Garcia (1973, p.306), para determinar os “requisitos da definição denotativa”. Para ser exata, a definição deve apresentar os seguintes requisitos:

- o termo deve realmente pertencer ao gênero ou classe em que está incluído: “*mesa é um móvel*” (classe em que ‘*mesa*’ está realmente incluída) e não “*mesa é um instrumento ou ferramenta ou instalação*”;

LEGISLAÇÃO

1.	Lei Orgânica Municipal	01
2.	Lei Municipal nº 1.007/1992 e suas alterações (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais)	28
3.	Lei Municipal nº 1.180/1993 e suas alterações (Plano de Cargos e Carreiras do Quadro Geral de Pessoal)	41
4.	Lei Complementar Municipal nº 23/2012 e suas alterações (Plano de Carreiras do Magistério)	58

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE OURO/SC

Por meio de seus representantes, livre e democraticamente eleitos, o Povo Ourense, sob a proteção de Deus e consciente de sua responsabilidade, promulga e adota esta Lei Orgânica do Município de Ouro.

**TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA
CAPÍTULO I**

Art. 1º O Município de Ouro, em união indissolúvel à República Federativa do Brasil e ao Estado de Santa Catarina, assume a esfera local de Governo, dentro do Estado Democrático de Direito, e fundamenta sua existência no seguinte:

- I - autonomia;
- II - cidadania;
- III - dignidade da pessoa humana;
- IV - valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - pluralismo político;
- VI - território próprio.

§ 1º Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República do Brasil.

§ 2º A soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:

- I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto;
- II - pelo plebiscito e referendo;
- III - pela iniciativa popular no processo legislativo;

IV - pela participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instâncias, na forma de Lei;

V - pela ação fiscalizadora sobre a administração pública (Redação dada pela Emenda à LOM nº 7/2013).

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º São objetivos do Município de Ouro:

- I - a defesa do regime democrático;
- II - a luta pela independência, a autonomia e a harmonia entre os poderes;

III - a garantia da participação popular nas decisões governamentais;

IV - a moralidade, a transparência, a publicidade, a impessoalidade, a eficiência e o controle popular nas ações de governo;

V - o respeito à opinião pública qualificada, em especial da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais;

VI - a articulação e cooperação com os demais entes federados;

VII - a desconcentração e a descentralização administrativas;

VIII - a garantia da universalização dos serviços públicos e a materialização dos direitos fundamentais, em especial o acesso dos seus habitantes a bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência humana com dignidade;

IX - a defesa e a preservação do território, dos recursos naturais e do meio ambiente e a preservação dos valores históricos e culturais municipais, objetivando a construção de uma cidade econômica, social e ambientalmente sustentável.

§ 2º São assegurados pelo Município, em sua ação normativa e em seu âmbito de jurisdição, a observância e o exercício dos princípios da liberdade, legalidade, igualdade e justa distribuição dos benefícios e encargos públicos.

§ 3º O Município de Ouro rege-se pelos seguintes princípios:

- I - autonomia municipal;

- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - defesa da democracia e solução pacífica dos conflitos;
- IV - igualdade entre os bairros, distritos e regiões;
- V - repúdio ao terrorismo, à violência, às drogas e ao racismo;
- VI - cooperação entre os Municípios, para o progresso regional;
- VII - integração econômica, política, social e cultural dos Municípios brasileiros;

VIII - poder de associar-se aos municípios limítrofes ou da mesma região metropolitana e ao Estado para planejamento, organização e execução de projetos de interesse comum. (Redação dada pela Emenda à LOM nº 7/2013).

Art. 3º São símbolos do Município a Bandeira, o Brasão, o Hino, e outros que a Lei vier a criar.

Parágrafo único. Fica adotada a configuração de Bandeira do Município como forma de representação permanente da logomarca do Governo Municipal, obedecidos aos seguintes critérios: (Incluído pela Emenda à LOM nº 7/2013)

I - a representação emblemática de que trata o parágrafo único deste artigo será adotada por todas as gestões de governo, de forma contínua e permanente;

II - fica proibida a utilização de qualquer tipo de frase, desenho, logomarca ou slogan para representar ou distinguir gestões de governo que não a representação oficial definida neste parágrafo único.

Art. 4º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam ou venham a pertencer.

§ 1º Os bens municipais poderão ser cedidos em uso por tempo determinado, até o limite de vinte anos, por meio de autorização legislativa, renovável tantas vezes quantas forem necessárias, retornando imediatamente ao patrimônio público quando não cumpridas suas finalidades, inclusive quando houver suspensão das atividades da cessionária. (Incluído pela Emenda à 7/2013)

§ 2º A doação a qualquer título nos mesmos termos não impede o retorno do bem doado ao patrimônio público quando desviada a finalidade ou suspensas as atividades para as quais foi doado. (Incluído pela Emenda LOM nº 1/2013)

§ 3º No caso de reincorporação do bem imóvel ao patrimônio público, as benfeitorias feitas pelo permissionário não acarretarão em obrigação de indenização pelo Município. (Incluído pela Emenda à LOM nº 7/2013)

§ 4º As alienações dos bens a que se refere este artigo serão feitas sempre por concorrências públicas e de interessados previamente habilitados, excluindo-se os casos de permuta ou dação em pagamento. (Renumerado pela Emenda à LO nº 7/2013)

Art. 5º O Município de Ouro, parte integrante da Federação, é uma unidade da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia, nos termos da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda à nº 7/2013)

Art. 6º O território do Município compreende o espaço físico que atualmente se encontra sob sua jurisdição. (Redação dada pela Emenda à LON nº 7/2013)

§ 1º Qualquer alteração territorial só poderá ser feita na forma da Lei Complementar Estadual.

§ 2º A criação, organização, fusão e supressão de Distritos é de competência do Município, observada a legislação estadual.

Art. 7º As associações representativas cooperarão no planejamento municipal.

Parágrafo único. Fica assegurada ao Município a participação em consórcios públicos e convênios de cooperação com os demais entes federados, para a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (Incluído pela Emenda à LOM nº 7/2013)

CAPÍTULO II

DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Art. 8º O Município poderá dividir-se para fins exclusivamente administrativos em bairros, distritos e vilas.

§ 1º Constituem bairros as porções contínuas do território da sede com denominações próprias, representando meras divisões geográficas desta.

§ 2º É facultada a descentralização administrativa com a criação, nos bairros, de subsedes da Prefeitura, na forma de lei de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 9º Distrito é a parte do território do Município, dividido para fins administrativos de circunscrição territorial e de jurisdição municipal, com denominação própria.

§ 1º Aplica-se ao distrito o disposto no § 2º do artigo anterior.

§ 2º O Distrito poderá subdividir-se em vilas, de acordo com a lei.

Art. 10 A criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, após consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no artigo 11 desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. O distrito pode ser criado mediante fusão de dois ou mais distritos, aplicando-se neste caso as normas estaduais e municipais cabíveis relativas à criação e à supressão.

Art. 11 São requisitos para a criação de distritos:

I - população, eleitorado e arrecadação não inferiores à sexta parte exigida para a criação de Município;

II - existência, na área territorial, de pelo menos cento e trinta moradias, escola pública, posto de saúde.

Parágrafo único. Comprova-se o atendimento às exigências enumeradas neste artigo mediante:

a) declaração de estimativa de população emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

b) certidão de número de eleitores emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE;

c) certidão de número de moradias emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição competente do Município;

d) certidão de arrecadação na respectiva área territorial emitida pelos órgãos fazendários estadual e municipal;

e) certidão de existência de escola pública e de postos de saúde na povoação-sede emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e de Segurança Pública do Estado.

Art. 12 Na fixação das divisas distritais devem ser observadas as seguintes normas:

I - sempre que possível, serão evitadas formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II - para a delimitação, preferência às linhas naturais e facilmente identificáveis;

III - na inexistência de linhas naturais, utilização de linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis;

IV - é vedada a interrupção da continuidade territorial do Município ou do distrito de origem.

Parágrafo único. As divisas distritais devem ser descritas trecho a trecho, salvo para evitar duplicidade nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 13 Compete ao Município de Ouro: (Alterado pela Emenda à LOM nº 7/2013)

I - legislar sobre assuntos de interesse local;
II - suplementar as legislações federal e estadual, no que couber;
III - elaborar e executar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;

IV - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;

V - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

VI - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

VII - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços municipais;

VIII - dispor sobre administração, utilização e alienação de seus bens;

IX - instituir o quadro, os planos de carreira e o regime jurídico único de seus servidores;

X - organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

XI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino básico;

XII - instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;

XIII - amparar de modo especial os idosos e os portadores de necessidades especiais;

XIV - estimular a participação popular na formulação de políticas públicas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, cooperativas de produção e mutirões;

XV - prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, com recursos próprios ou mediante convênio com entidade especializada;

XVI - promover o adequado ordenamento territorial mediante o controle do uso e ocupação do solo e o respeito às exigências ambientais, dispondo sobre parcelamento, zoneamento e edificações e fixando as limitações urbanísticas, podendo, quanto aos estabelecimentos e às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a autorização ou a licença, conforme o caso, para a sua construção ou funcionamento;

b) conceder a licença de ocupação ou "habite-se", após a vistoria de conclusão de obras, que ateste a sua conformidade com o projeto e o cumprimento das condições especificadas em lei;

c) revogar ou cassar a autorização ou a licença, conforme o caso, daqueles cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego ou aos bons costumes, ou se mostrarem danosas ao meio ambiente;

d) promover o fechamento daqueles que estejam funcionando sem autorização ou licença, ou depois de sua revogação, anulação ou cassação, podendo interditar atividades, determinar ou proceder à demolição de construção ou edificação, nos casos e de acordo com a lei;

e) promover acessibilidade;

XVII - preservar a ordem pública e dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

XVIII - instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;

XIX - promover a limpeza e conservação das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar ou não, bem como de outros detritos e resíduos de qualquer natureza;

XX - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XXI - cassar a licença que houver concedido ao exercício de atividades que venham a se tornar prejudiciais à saúde, à higiene, à segurança, ao sossego e aos bons costumes;

XXII - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços e outros, atendidas as normas da legislação federal aplicável;

XXIII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXIV - fiscalizar, nos locais de venda, as condições sanitárias dos gêneros alimentícios, observada as legislações estadual e federal pertinentes;

XXV - dispor sobre o depósito e a venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXVI - dispor sobre registro, guarda, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXVII - disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais cuja conservação seja de sua competência;

XXVIII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXIX - regulamentar a utilização dos logradouros públicos, especialmente no perímetro urbano, e determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;

XXX - fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXXI - regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;

XXXII - planejar e executar medidas de defesa civil em articulações com a União e com o Estado;

XXXIII - fomentar e apoiar o ensino superior local, segundo o interesse da comunidade;

XXXIV - instituir a guarda municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

XXXV - regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:

- a) os serviços de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;
- b) os serviços funerários e os cemitérios;
- c) os serviços de mercados, feiras e matadouros públicos;
- d) os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias ou caminhos municipais;
- e) os serviços de iluminação pública;
- f) a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXXVI - fixar os locais de estacionamento público de táxis e demais veículos;

XXXVII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive dos seus concessionários;

XXXVIII - adquirir bens, inclusive por desapropriação;

XXXIX - assegurar a expedição de certidões quando requeridas às repartições municipais, para defesa de direitos e esclarecimento de situações.

§ 1º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com as competências federal e estadual.

§ 2º As normas de edificação e parcelamento do solo urbano a que se refere o inciso XVI deste artigo deverão obedecer às legislações federal e municipal específicas e pertinentes à matéria.

§ 3º A lei que dispuser sobre a guarda municipal, destinada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais, estabelecerá sua organização e competência.

§ 4º A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do artigo 182, § 1º, da Constituição Federal.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 14 É da competência comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

I - proteger os documentos, obras e outros bens de valores histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

II - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

III - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

IV - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

V - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VI - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VII - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

VIII - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

IX - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

X - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 15 Compete ao Município suplementar as legislações federal e estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse, visando a adaptá-las à realidade e às necessidades locais.

CAPÍTULO IV DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 16 O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, com autonomia política, administrativa e financeira, composta por Vereadores, representantes do povo, na forma da Constituição Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa. (Alterado pela Emenda à LOM nº 7/2013)

Art. 17 A Câmara Municipal é composta por Vereadores, eleitos pelo voto direto e secreto.

Parágrafo único. O número de Vereadores, proporcional à população do Município, será fixado pela Câmara Municipal, por meio de lei específica, em cada legislatura para a subsequente, até 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições, obedecidos os limites estabelecidos na Constituição Federal. (Alterado pela Emenda à LOM nº 7/2013)

Art. 18 É de quatro anos o mandato dos vereadores, aplicando-lhes as regras desta Lei Orgânica e das constituições federal e estadual sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidade, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

SUBSEÇÃO I DAS REUNIÕES

Art. 19 A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente de 3 de fevereiro a 15 de dezembro, sendo que no primeiro ano de cada legislatura, as sessões legislativas ordinárias serão iniciadas na primeira segunda-feira útil subsequente à data do recesso. (Alterado pela Emenda à LOM nº 7/2013)

§ 1º As sessões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação dos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual.

§ 3º A Câmara Municipal reunir-se-á, em sessão de instalação legislativa, em 1º de janeiro de cada ano subsequente à eleição municipal, às oito horas, para posse de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e para eleição e posse da Mesa.

§ 4º A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á pelo seu Presidente, pelo Prefeito ou a requerimento da maioria dos Vereadores em caso de urgência ou de interesse público relevante.

§ 5º A convocação extraordinária da Câmara pelo Prefeito poderá ocorrer no período ordinário e de recesso, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 6º A Câmara reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido em legislação específica.

§ 7º As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.

§ 8º Na sessão extraordinária, a Câmara deliberará somente sobre a matéria para a qual for convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação.

§ 9º Durante o período da convocação extraordinária, as Comissões Permanentes reunir-se-ão conjuntamente para análise concomitante e definitiva das proposições objeto da convocação.

§ 10 As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

SUBSEÇÃO II DA MESA DIRETORA E DAS COMISSÕES (RENOMEADO PELA EMENDA À LOM Nº 7/2013)

Art. 20 A Mesa Diretora será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro e Segundo Secretários, eleitos para o mandato de um ano, vedada a recondução para o mesmo cargo nas eleições imediatamente subsequentes, na mesma legislatura.

§ 1º As competências, atribuições, formas de substituição, eleição, posse e destituição dos membros da Mesa Diretora serão definidos no Regimento Interno.

§ 2º O Presidente representa o Poder Legislativo. (Incluído pela Emenda à LOM nº 7/2013)

Art. 20-A A Câmara terá Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno. (Incluído pela Emenda à LOM nº 7/2013)

§ 1º Fica assegurado, tanto quanto possível, o princípio da representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Câmara na composição das Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias.

§ 2º Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de três décimos dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar secretários e diretores para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - convocar titulares da administração indireta para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e aos serviços próprios do órgão respectivo;

V - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades públicas municipais;

VI - solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII - apreciar e emitir parecer sobre programas de obras e planos municipais de desenvolvimento.

§ 3º As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de um terço de seus membros para apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

SUBSEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 21 Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente: (Alterado pela Emenda à LOM nº 7/2013)

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando as legislações federal e estadual, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

II - votar o orçamento anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar abertura de créditos suplementares e especiais;

III - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

IV - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

V - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a alienação de bens móveis e imóveis;

IX - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

X - autorizar a criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais e fixar os respectivos vencimentos;

XI - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

XII - autorizar a criação da guarda municipal, nos termos da Constituição Federal, além de fixar e modificar o seu efetivo;

XIII - aprovar a delimitação do perímetro urbano;

XIV - autorizar a constituição de consórcios com outros Municípios;

XV - autorizar a alteração da denominação de ruas, vias e logradouros públicos;

XVI - dispor, na forma de lei complementar estadual, sobre a criação, organização, fusão e supressão de distritos, mediante prévia consulta (plebiscito);

XVII - aprovar a criação e modificação estrutural dos órgãos da administração pública;

XVIII - aprovar e estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento;

XIX - normatizar, por meio de lei complementar, sobre os projetos de lei de iniciativa popular de interesse do Município, da cidade, dos distritos, nos termos da Constituição Federal;

XX - aprovar a criação, estrutura, transformação e extinção de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais.

Art. 22 Compete privativamente à Câmara Municipal: (Alterado pela Emenda à LOM nº 7/2013)

I - elaborar e votar o seu Regimento Interno;

II - eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la, na forma regimental;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, poder de polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e sobre a iniciativa para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

V - conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

VII - fixar o subsídio dos agentes políticos até cento e oitenta dias antes do encerramento da legislatura para a subsequente, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica;

VIII - encaminhar pedido de informações por escrito ao Prefeito, ao Secretário do Município ou a autoridade equivalente, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de dez dias, improrrogáveis, bem como a prestação de informações falsas;

IX - convocar os Secretários e dirigentes de órgãos da administração direta ou de empresas públicas, de economia mista, autarquias e fundações criadas e mantidas pelo poder público municipal para prestar informações sobre matéria de sua competência no prazo de trinta dias, sob pena de incorrerem em crime de responsabilidade;

X - fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

XII - julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de noventa dias do seu recebimento, e exercer fiscalização orçamentária;

XIII - proceder à tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal no prazo legal;

XIV - representar ao Ministério público, por dois terços de seus membros, e instaurar processos contra os agentes políticos pela prática de crime contra a administração pública;

XV - mudar temporariamente sua sede;

XVI - resolver definitivamente sobre convênios, consórcios ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

XVII - julgar o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos casos previstos em lei;

XVIII - criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua no âmbito de sua competência, desde que requeridas por um terço de seus membros;

XIX - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XX - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos e nos termos da legislação aplicável;

XXI - autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza que seja de interesse do Município;

XXII - deliberar sobre adiantamento e suspensão de suas reuniões;

XXIII - conceder honrarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município, regulamentadas em lei;

XXIV - decidir sobre a perda do mandato de Vereador, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica;

XXV - solicitar ao Tribunal de Contas do Estado inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo e nos órgãos da administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder municipal;

XXVI - organizar as funções fiscalizadoras da Câmara Municipal;

XXVII - enviar ao Chefe do Poder Executivo as propostas do Poder Legislativo relativas à elaboração das peças orçamentárias;

XXVIII - solicitar intervenção do Estado no Município, nos casos previstos em lei;

XXIX - destituir do cargo o Prefeito e o Vice-Prefeito após condenação transitada em julgado por crime comum ou de responsabilidade;

XXX - dar publicidade de seus atos e pedidos de informação, bem como dos resultados aferidos pelas comissões processantes, de inquérito e especial.

Parágrafo único. A Câmara Municipal delibera, mediante resolução, sobre assuntos de economia interna e nos casos de sua competência privativa por meio de decreto legislativo.

SEÇÃO II DOS VEREADORES

Art. 23 Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas, sobre as prestadas em razão do exercício de mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. (Renumerado pela Emenda à LOM nº 7/2013)

§ 2º No exercício do mandato, mesmo sem prévio aviso, o Vereador possui livre acesso às repartições públicas municipais, podendo diligenciar pessoalmente junto aos órgãos da administração direta e indireta, solicitar esclarecimentos e informações a respeito de ações e atos administrativos, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis, na forma da lei. (Incluído pela Emenda à LOM nº 7/2013)

§ 3º No dia 1º de janeiro de cada ano subsequente à eleição, sob a presidência do mais idoso entre os presentes, os Vereadores eleitos, em sessão solene de instalação, prestarão compromisso e tomarão posse: (Incluído pela Emenda à LOM nº 7/2013)

I - o Vereador que não tomar posse na reunião prevista no parágrafo anterior deste artigo deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias, a contar da reunião solene de posse e instalação da legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;

II - para habilitar-se à posse o Vereador diplomado apresentará à Mesa Diretora, até três dias úteis após a diplomação, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, a declaração de bens e a fonte de

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Temas relevantes e atualidades: aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais, culturais, ambientais a nível estadual, nacional, internacional e do Município de Ouro/SC01

TEMAS RELEVANTES E ATUALIDADES: ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS, AMBIENTAIS A NÍVEL ESTADUAL, NACIONAL, INTERNACIONAL E DO MUNICÍPIO DE OURO/SC

História Geral

A Pré-História ainda não foi completamente reconstruída, pois faltam muitos elementos que possam permitir que ela seja estudada de uma forma mais profunda. Isso ocorre devido à imensa distância que nos separa desse período, até porque muitas fontes históricas desapareceram pela ação do tempo e outras ainda não foram descobertas pelos estudiosos.

Nesse trabalho, o historiador precisa da ajuda de outras ciências de investigação, como a arqueologia, que estuda as antiguidades, a antropologia, que estuda os homens, e a paleontologia, que estuda os fósseis dos seres humanos. Tais ciências estudam os restos humanos, sendo que, a cada novo achado, podem ocorrer mudanças no que se pensava anteriormente. Assim, podemos afirmar que a Pré-História está em constante processo de investigação.

A Pré-História está dividida em 3 períodos:

- Paleolítico (ou Idade da Pedra Lascada) vai da origem do homem até aproximadamente o ano 8.000 a.C, quando os humanos dominam a agricultura.

- Neolítico (ou Idade da Pedra Polida) vai de 8.000 a.C. até 5.000 a.C, quando surgem as primeiras armas e ferramentas de metal, especialmente o estanho, o cobre e o bronze.

- Idade dos Metais que vai de 5.000 até aproximadamente 4.000 a.C. quando surgiu a escrita.

- O Neolítico

É no Neolítico que o homem domina a agricultura e torna-se sedentário. Com o domínio da agricultura, o homem buscou fixar-se próximo às margens dos rios, onde teria acesso à água potável e a terras mais férteis. Nesse período, a produção de alimentos, que antes era destinada ao consumo imediato, tornou-se muito grande, o que levou os homens a estocarem alimentos. Consequentemente a população começou a aumentar, pois agora havia alimentos para todos. Começaram a surgir as primeiras vilas e, depois, as cidades. A vida do homem começava a deixar de ser simples para tornar-se complexa. Sendo necessária a organização da sociedade que surgia.

Para contabilizar a produção de alimentos, o homem habilmente desenvolveu a escrita. No início a escrita tinha função contábil, ou seja, servia para contar e controlar a produção dos alimentos.

As grandes civilizações

As grandes civilizações que surgiram no período conhecido como Antiguidade foram as grandes precursoras de culturas e patrimônio que hoje conhecemos.

Estas grandes civilizações surgiram, de um modo geral, por causa das tribos nômades que se estabeleceram em um determinado local onde teriam condições de desenvolver a agricultura. Assim, surgiram as primeiras aldeias organizadas e as primeiras cidades, dando início às grandes civilizações.

Estas civilizações surgiram por volta do quarto milênio a.C. com a característica principal de terem se desenvolvido às margens de rios importantes, como o rio Tigre, o Eufrates, o Nilo, o Indo e do Huang He ou rio Amarelo.

A Mesopotâmia é considerada o berço da civilização. Esta região foi habitada por povos como os Acádios, Babilônios, Assírios e Caldeus. Entre as grandes civilizações da Antiguidade, podemos citar ainda os fenícios, sumérios, os chineses, os gregos, os romanos, os egípcios, entre outros.

Mesopotâmia: o berço da civilização

As grandes civilizações e suas organizações

As primeiras civilizações se formaram a partir de quando o homem descobriu a agricultura e passou a ter uma vida mais sedentária, por volta de 4.000 a.C. Essas primeiras civilizações se formaram em torno ou em função de grandes rios: A Mesopotâmia estava ligada aos Rios Tigre e Eufrates, o Egito ao Nilo, a Índia ao Indo, a China ao Amarelo.

Foi no Oriente Médio que tiveram início as civilizações. Tempos depois foram se desenvolvendo no Oriente outras civilizações que, sem contar com o poder fertilizante dos grandes rios, ganharam características diversas. As pastoris, como a dos hebreus, ou as mercantis, como a dos fenícios. Cada um desses povos teve, além de uma rica história interna, longas e muitas vezes conflituosas relações com os demais.

Mesopotâmia

A estreita faixa de terra que localiza-se entre os rios Tigre e Eufrates, no Oriente Médio, onde atualmente é o Iraque, foi chamada na Antiguidade, de Mesopotâmia, que significa “entre rios” (do grego, meso = no meio; potamos = rio). Essa região foi ocupada, entre 4.000 a.C. e 539 a.C, por uma série de povos, que se encontraram e se misturaram, empreenderam guerras e dominaram uns aos outros, formando o que denominamos povos mesopotâmicos. Sumérios, babilônios, hititas, assírios e caldeus são alguns desses povos.

Esta civilização é considerada uma das mais antigas da história.

Os sumérios (4000 a.C. – 1900 a.C.)

Foi nos pântanos da antiga Suméria que surgiram as primeiras cidades conhecidas na região da Mesopotâmia, como Ur, Uruk e Nipur.

Os povos da Suméria enfrentaram muitos obstáculos naturais. Um deles era as violentas e irregulares cheias dos rios Tigre e Eufrates. Para conter a força das águas e aproveitá-las, construíram diques, barragens, reservatórios e também canais de irrigação, que conduziam as águas para as regiões secas.

Atribui-se aos Sumérios o desenvolvimento de um tipo de escrita, chamada cuneiforme, que inicialmente, foi criada para registrar transações comerciais.

A escrita cuneiforme – usada também pelos sírios, hebreus e persas – era uma escrita ideográfica, na qual o objeto representado expressava uma ideia, dificultando a representação de sentimento, ações ou ideias abstratas, com o tempo, os sinais pictóricos converteram-se em um sistema de sílabas. Os registros eram feitos em uma placa de argila mole. Utilizava-se para isso um estilete, que tinha uma das pontas em forma de cunha, daí o nome de escrita cuneiforme.

Quem decifrou esta escrita foi Henry C. Rawlinson, através das inscrições da Rocha de Behistun. Na mesma época, outro tipo de escrita, a hieroglífica desenvolvia-se no Egito.

Os babilônios

Na sociedade suméria havia escravidão, porém o número de escravos era pequeno. Grupos de nômades, vindos do deserto da Síria, conhecidos como Acadianos, dominaram as cidades-estados da Suméria por volta de 2300 a.C.

Os povos da Suméria destacaram-se também nos trabalhos em metal, na lapidação de pedras preciosas e na escultura. A construção característica desse povo é a zigurate, depois copiada pelos povos que se sucederam na região. Era uma torre em forma de pirâmide, composta de sucessivos terraços e encimada por um pequeno templo.

Os Sumérios eram politeístas e faziam do culto aos deuses uma das principais atividades a desempenhar na vida. Quando interrompiam as orações deixavam estatuetas de pedra diante dos altares para rezarem em seu nome.

Dentro dos templos havia oficinas para artesãos, cujos produtos contribuíram para a prosperidade da Suméria.

Os sumérios merecem destaque também por terem sido os primeiros a construir veículos com rodas. As cidades sumérias eram autônomas, ou seja, cada qual possuía um governo independente. Apenas por volta de 2330 a.C., essas cidades foram unificadas.

O processo de unificação ocorreu sob comando do rei Sargão I, da cidade de Acad. Surgiu assim o primeiro império da região.

O império construído pelos acades não durou muito tempo. Pouco mais de cem anos depois, foi destruído por povos inimigos.

Os babilônios (1900 a. C – 1600 a.C.)

Os babilônios estabeleceram-se ao norte da região ocupada pelos sumérios e, aos poucos, foram conquistando diversas cidades da região mesopotâmica. Nesse processo, destacou-se o rei Hamurabi, que, por volta de 1750 a.C., havia conquistado toda a Mesopotâmia, formando um império com capital na cidade de Babilônia.

Hamurabi impôs a todos os povos dominados uma mesma administração. Ficou famosa a sua legislação, baseada no princípio de talião (olho por olho, dente por dente, braço por braço, etc.) O Código de Hamurabi, como ficou conhecido, é um dos mais antigos conjuntos de leis escritas da história. Hamurabi desenvolveu esse conjunto de leis para poder organizar e controlar a sociedade. De acordo com o Código, todo criminoso deveria ser punido de uma forma proporcional ao delito cometido.

Os babilônios também desenvolveram um rico e preciso calendário, cujo objetivo principal era conhecer mais sobre as cheias do rio Eufrates e também obter melhores condições para o desenvolvimento da agricultura. Excelentes observadores dos astros e com grande conhecimento de astronomia, desenvolveram um preciso relógio de sol.

Além de Hamurabi, um outro imperador que se tornou conhecido por sua administração foi Nabucodonosor, responsável pela construção dos Jardins suspensos da Babilônia, que fez para satisfazer sua esposa, e a Torre de Babel. Sob seu comando, os babilônios chegaram a conquistar o povo hebreu e a cidade de Jerusalém.

Após a morte de Hamurabi, o império Babilônico foi invadido e ocupado por povos vindos do norte e do leste.

Hititas e assírios

Os hititas (1600 a. C – 1200 a.C.)

Os Hititas foram um povo indo-europeu, que no 2º milênio a.C. fundaram um poderoso império na Anatólia Central (atual Turquia), região próxima da Mesopotâmia. A partir daí, estenderam seus domínios até a Síria e chegaram a conquistar a Babilônia.

Provavelmente, a localização de sua capital, Hatusa, no centro da Ásia Menor, contribuiu para o controle das fronteiras do Império Hitita.

Essa sociedade legou-nos os mais antigos textos escritos em língua indo-europeia. Essa língua deu origem à maior parte dos idiomas falados na Europa. Os textos tratavam de história, política, legislação, literatura e religião e foram gravados em sinais cuneiformes sobre tábuas de argila.

Os Hititas utilizavam o ferro e o cavalo, o que era uma novidade na região. O cavalo deu maior velocidade aos carros de guerra, construídos não mais com rodas cheias, como as dos sumérios, mas rodas com raios, mais leves e de fácil manejo.

O exército era comandado por um rei, que também tinha as funções de juiz supremo e sacerdote. Na sociedade hitita, as rainhas dispunham de relativo poder.

No aspecto cultural podemos destacar a escrita hitita, baseada em representações pictográficas (desenhos). Além desta escrita hieroglífica, os hititas também possuíam um tipo de escrita cuneiforme.

Assim como vários povos da antiguidade, os hititas seguiam o politeísmo (acreditavam em várias divindades). Os deuses hititas estavam relacionados aos diversos aspectos da natureza (vento, água, chuva, terra, etc.).

Em torno de 1200 a.C., os hititas foram dominados pelos assírios, que, contando com exércitos permanentes, tinham grande poderio militar.

A queda deste império dá-se por volta do século 12 a.C.

Os assírios (1200 a. C – 612 a.C.)

Os assírios habitavam a região ao norte da babilônia e por volta de 729 a.C. já haviam conquistado toda a Mesopotâmia. Sua capital, nos anos mais prósperos, foi Nínive, numa região que hoje pertence ao Iraque.

Este povo destacou-se pela organização e desenvolvimento de uma cultura militar. Encaravam a guerra como uma das principais formas de conquistar poder e desenvolver a sociedade. Eram extremamente cruéis com os povos inimigos que conquistavam, impunham aos vencidos, castigos e crueldades como uma forma de manter respeito e espalhar o medo entre os outros povos. Com estas atitudes, tiveram que enfrentar uma série de revoltas populares nas regiões que conquistavam.

Empreenderam a conquista da Babilônia, e a partir daí começaram a alargar as fronteiras do seu Império até atingirem o Egito, no norte da África. O Império Assírio conheceu seu período de maior glória e prosperidade durante o reinado de Assurbanipal.

Assurbanipal foi o último grande rei dos assírios. Durante o seu reinado (668 - 627 a.C.), a Assíria se tornou a primeira potência mundial. Seu império incluía a Babilônia, a Pérsia, a Síria e o Egito.

Ainda no reinado de Assurbanipal, os babilônios se libertaram (em 626 a.C.) e capturaram Nínive. Com a morte de Assurbanipal, a decadência do Império Assírio se acentuou, e o poderio da Assíria desmoronou. Uma década mais tarde o império caía em mãos de babilônios e persas.

O estranho paradoxo da cultura assíria foi o crescimento da ciência e da matemática. Este fato pode em parte explicado pela obsessão assíria com a guerra e invasões. Entre as grandes invenções matemáticas dos assírios está a divisão do círculo em 360 graus, tendo sido eles dentre os primeiros a inventar latitude e longitude para navegação geográfica. Eles também desenvolveram uma sofisticada ciência médica, que muito influenciou outras regiões, tão distantes como a Grécia.

Sociedade Mesopotâmica

Os caldeus (612 a. C – 539 a.C.)

A Caldeia era uma região no sul da Mesopotâmia, principalmente na margem oriental do rio Eufrates, mas muitas vezes o termo é usado para se referir a toda a planície mesopotâmica. A região da Caldeia é uma vasta planície formada por depósitos do Eufrates e do Tigre, estendendo-se a cerca de 250 quilômetros ao longo do curso de ambos os rios, e cerca de 60 quilômetros em largura.

Os Caldeus foram uma tribo (acredita-se que tenham emigrado da Arábia) que viveu no litoral do Golfo Pérsico e se tornou parte do Império da Babilônia. Esse império ficou conhecido como Neobabilônico ou Segundo Império Babilônico. Seu mais importante soberano foi Nabucodonosor.

Em 587 a.C., Nabucodonosor conquistou Jerusalém. Além de estender seus domínios, foram feitos muitos escravos entre os habitantes de Jerusalém. Seguiu-se então um período de prosperidade material, quando foram construídos grandes edifícios com tijolos coloridos.

Em 539 a.C., Ciro, rei dos persas, apoderou-se de Babilônia e transformou-a em mais uma província de seu gigantesco império.

A organização social dos mesopotâmios

Sumérios, babilônios, hititas, assírios, caldeus. Entre os inúmeros povos que habitaram a Mesopotâmia existiam diferenças profundas. Os assírios, por exemplo, eram guerreiros. Os sumérios dedicavam-se mais à agricultura.

Apesar dessas diferenças, é possível estabelecer pontos comuns entre eles. No que se refere à organização social, à religião e à economia. Vamos agora conhecê-las:

A sociedade

As classes sociais - A sociedade estava dividida em classes: nobres, sacerdotes versados em ciências e respeitados, comerciantes, pequenos proprietários e escravos.

A organização social variou muito pelos séculos, mas de modo geral podemos falar:

Dominantes: governantes, sacerdotes, militares e comerciantes.

Dominados: camponeses, pequenos artesãos e escravos (normalmente presos de guerra).

Dominantes detinham o poder de quatro formas básicas de manifestação desse poder: riqueza, política, militar e saber. Posição mais elevada era do rei que detinha poderes políticos, religiosos e militares. Ele não era considerado um deus, mas sim representante dos deuses.

Os dominados consumiam diretamente o que produziam e eram obrigados a entregar excedentes para os dominantes

A vida cotidiana na mesopotâmia

Escravos e pessoas de condições mais humildes levavam o mesmo tipo de vida. A alimentação era muito simples: pão de cevada, um punhado de tâmaras e um pouco de cerveja leve. Isso era a base do cardápio diário. Às vezes comiam legumes, lentilha, feijão e pepino ou, ainda, algum peixe pescado nos rios ou canais. A carne era um alimento raro.

Na habitação, a mesma simplicidade. Às vezes a casa era um simples cubo de tijolos crus, revestidos de barro. O telhado era plano e feito com troncos de palmeiras e argila comprimida. Esse tipo de telhado tinha a desvantagem de deixar passar a água nas chuvas mais torrenciais, mas em tempos normais era usado como terraço.

As casas não tinham janelas e à noite eram iluminadas por lâmpadas de óleo de gergelim. Os insetos eram abundantes nas moradias.

Os ricos se alimentavam melhor e moravam em casas mais confortáveis que os pobres. Mesmo assim, quando as epidemias se abatiam sobre as cidades, a mortalidade era a mesma em todas as camadas sociais.

A religião

Os povos mesopotâmicos eram politeístas, isto é, adoravam diversas divindades, e acreditavam que elas eram capazes de fazer tanto o bem quanto o mal, não acreditavam em recompensas após a morte, acreditavam em crença em gênios, demônios, heróis, adivinhações e magia. Seus deuses eram numerosos com qualidades e defeitos, sentimentos e paixões, imortais, despóticos e sanguinários.

Cada divindade era uma força da natureza como o vento, a água, a terra, o sol, etc, e do dono da sua cidade. Marduk, deus de Babilônia, o cabeça de todos, tornou-se deus do Império, durante o reinado de Hamurabi. Foi substituído por Assur, durante o domínio dos assírios. Voltou ao posto com Nabucodonosor.

Acreditavam também em gênios bons que ajudavam os deuses a defender-se contra os demônios, contra as divindades perversas, contra as enfermidades, contra a morte. Os homens procuravam conhecer a vontade dos deuses manifestada em sonhos, eclipses, movimento dos astros. Essas observações feitas pelos sacerdotes deram origem à astrologia.

Política e economia

A organização política da Mesopotâmia tinha um soberano divinizado, assessorado por burocratas- sacerdotes, que administravam a distribuição de terras, o sistema de irrigação e as obras hidráulicas. O sistema financeiro ficava a cargo de um templo, que funcionava como um verdadeiro banco, emprestando sementes, distribuído um documento semelhante ao cheque bancário moderno e cobrando juros sobre as sementes emprestadas.

Em linhas gerais pode-se dizer que a forma de produção predominante na Mesopotâmia baseou-se na propriedade coletiva das terras administrada pelos templos e palácios. Os indivíduos só usufruíam da terra enquanto membros dessas comunidades. Acreditava-se que quase todos os meios de produção estavam sob o controle do déspota, personificações do Estado, e dos templos. O templo era o centro que recebia toda a produção, distribuindo-a de acordo com as necessidades, além de proprietário de boa parte das terras: é o que se denomina cidade-templo.

Administradas por uma corporação de sacerdotes, as terras, que teoricamente eram dos deuses, eram entregues aos camponeses. Cada família recebia um lote de terra e devia entregar ao templo uma parte da colheita como pagamento pelo uso útil da terra. Já as propriedades particulares eram cultivadas por assalariados ou arrendatários.

Entre os sumérios havia a escravidão, porém o número de escravos era relativamente pequeno.

A agricultura

A agricultura era base da economia neste período. A economia da Baixa Mesopotâmia, em meados do terceiro milênio a.C. baseava-se na agricultura de irrigação. Cultivavam trigo, cevada, linho, gergelim (sésamo, de onde extraíam o azeite para alimentação e iluminação), árvores frutíferas, raízes e legumes. Os instrumentos de trabalho eram rudimentares, em geral de pedra, madeira e barro. O bronze foi introduzido na segunda metade do terceiro milênio a.C., porém, a verdadeira revolução ocorreu com a sua utilização, isto já no final do segundo milênio antes da Era Cristã. Usavam o arado semeador, a grade e carros de roda;

A criação de animais

A criação de carneiros, burros, bois, gansos e patos era bastante desenvolvida.

O comércio

Os comerciantes eram funcionários a serviço dos templos e do palácio. Apesar disso, podiam fazer negócios por conta própria. A situação geográfica e a pobreza de matérias primas favoreceram os empreendimentos mercantis. As caravanas de mercadores iam vender seus produtos e buscar o marfim da Índia, a madeira do Líbano, o cobre de Chipre e o estanho de Cáucaso. Exportavam tecidos de linho, lã e tapetes, além de pedras preciosas e perfumes.

As transações comerciais eram feitas na base de troca, criando um padrão de troca inicialmente representado pela cevada e depois pelos metais que circulavam sobre as mais diversas formas, sem jamais atingir, no entanto, a forma de moeda. A existência de um comércio muito intenso deu origem a uma organização economia sólida, que realizava operações como empréstimos a juros, corretagem e sociedades em negócios. Usavam recibos, escrituras e cartas de crédito.

O comércio foi uma figura importante na sociedade mesopotâmica, e o fortalecimento do grupo mercantil provocou mudanças significativas, que acabaram por influenciar na desagregação da forma de produção templário-palaciana dominante na Mesopotâmia.

As ciências e astronomia

Entre os babilônicos, foi a principal ciência. Notáveis eram os conhecimentos dos sacerdotes no campo da astronomia, muito ligada e mesmo subordinada a astrologia. As torres dos templos serviam de observatórios astronômicos. Conheciam as diferenças entre os planetas e as estrelas e sabiam prever eclipses lunares e solares. Dividiram o ano em meses, os meses em semanas, as semanas em sete dias, os dias em doze horas, as horas em sessenta minutos e os minutos em sessenta segundos. Os elementos da astronomia elaborada pelos mesopotâmicos serviram de base à astronomia dos gregos, dos árabes e deram origem à astronomia dos europeus.

A matemática

Entre os caldeus, alcançou grande progresso. As necessidades do dia a dia levaram a um certo desenvolvimento da matemática.

Os mesopotâmicos usavam um sistema matemático sexagesimal (baseado no número 60). Eles conheciam os resultados das multiplicações e divisões, raízes quadradas e raiz cúbica e equações do segundo grau. Os matemáticos indicavam os passos a serem seguidos nessas operações, através da multiplicação dos exemplos. Jamais divulgaram as formulas dessas operações, o que tornaria as repetições dos exemplos desnecessárias. Também dividiram o círculo em 360 graus, elaboraram tábuas correspondentes às tábuas dos logaritmos atuais e inventaram medidas de comprimento, superfície e capacidade de peso;

A medicina

Os progressos da medicina foram grandes (catalogação das plantas medicinais, por exemplo). Assim como o direito e a matemática, a medicina estava ligada a adivinhação. Contudo, a medicina não era confundida com a simples magia. Os médicos da Mesopotâmia, cuja profissão era bastante considerada, não acreditavam que todos os males tinham origem sobrenatural, já que utilizavam medicamentos à base de plantas e faziam tratamentos cirúrgicos. Geralmente, o médico trabalhava junto com um exorcista, para expulsar os demônios, e recorria aos adivinhos, para diagnosticar os males.

As letras

A linguagem escrita é resultado da necessidade humana de garantir a comunicação e o desenvolvimento da técnica.

A escrita

A escrita cuneiforme, grande realização sumeriana, usada pelos sírios, hebreus e persas, surgiu ligada às necessidades de contabilização dos templos. Era uma escrita ideográfica, na qual o objeto representado expressava uma ideia. Os sumérios - e, mais tarde os babilônicos e os assírios, que falavam acadiano - fizeram uso extensivo da escrita cuneiforme. Mais tarde, os sacerdotes e escribas começaram a utilizar uma escrita convencional, que não tinha nenhuma relação com o objeto representado.

As convenções eram conhecidas por eles, os encarregados da linguagem culta, e procuravam representar os sons da fala humana, isto é, cada sinal representava um som. Surgia assim a escrita fonética, que pelo menos no segundo milênio a.C., já era utilizado nos registros de contabilidade, rituais mágicos e textos religiosos. Quem decifrou a escrita cuneiforme foi Henry C. Rawlinson. A chave dessa façanha ele obteve nas inscrições da Rocha de Behistun, na qual estava gravada uma gigantesca mensagem de 20 metros de comprimento por 7 de altura.

A mensagem fora talhada na pedra pelo rei Dario, e Rawlinson identificou três tipos diferentes de escrita (antigo persa, elamita e acádio - também chamado de assírio ou babilônico). O alemão Georg Friederich Grotefend e o francês Jules Oppert também se destacaram nos estudos da escrita sumeriana.

A literatura era pobre

Destacam-se apenas o Mito da Criação e a Epopeia de Gilgamesh - aventura de amor e coragem desse herói semi-deus, cujo objetivo era conhecer o segredo da imortalidade.

O Direito

O Código de Hamurabi, até pouco tempo o primeiro código de leis que se tinha notícia, não é original. É uma compilação de leis sumerianas mescladas com tradições semitas. Ele apresenta uma diversidade de procedimentos jurídicos e determinação de penas para uma vasta gama de crimes.

Contém 282 leis, abrangendo praticamente todos os aspectos da vida babilônica, passando pelo comércio, propriedade, herança, direitos da mulher, família, adultério, falsas acusações e escravidão. Suas principais características são: Pena ou Lei de Talião, isto é, "olho por olho, dente por dente" (o castigo do criminoso deveria ser exatamente proporcional ao crime por ele cometido), desigualdade perante a lei (as punições variavam de acordo com a posição social da vítima e do infrator), divisão da sociedade em classes (os homens livres, os escravos e um grupo intermediário pouco conhecido - os mushkhinim) e igualdade de filiação na distribuição da herança.

O Código de Hamurabi reflete a preocupação em disciplinar a vida econômica (controle dos preços, organização dos artesãos, etc.) e garantir o regime de propriedade privada da terra. Os textos jurídicos mesopotâmicos invocavam os deuses da justiça, os mesmos da adivinhação, que decretavam as leis e presidiam os julgamentos.

As artes

A mais desenvolvida das artes, porém não era tão notável quanto a egípcia. Caracterizou-se pelo exibicionismo e pelo luxo. Construíram templos e palácios, que eram considerados cópias dos existentes nos céus, de tijolos, por ser escassa a pedra na região. O zigurate, torre de vários andares, foi a construção característica das cidades-estados sumerianas. Nas construções, empregavam argila, ladrilhos e tijolos.

Escultura e a pintura

Tanto a escultura quanto a pintura eram fundamentalmente decorativas. A escultura era pobre, representada pelo baixo relevo. Destacava-se a estatuária assíria, gigantesca e original. Os relevos do palácio de Assurbanipal são obras de artistas excepcionais. A pintura mural existia em função da arquitetura.

A música e a dança

A música na Mesopotâmia, principalmente entre os babilônios, estava ligada à religião.

Quando os fiéis estavam reunidos, cantavam hinos em louvor dos deuses, com acompanhamento de música. Esses hinos começavam muitas vezes, pelas expressões: “ Glória, louvor tal deus; quero cantar os louvores de tal deus”, seguindo a enumeração de suas qualidades, de socorro que dele pode esperar o fiel.

Nas cerimônias de penitência, os hinos eram de lamentação: “aí de nós”, exclamavam eles, lembrando os sofrimentos de tal ou qual deus ou apiedando-se das desditas que desabam sobre a cidade. Instrumentos sem dúvida de sons surdos, acompanhavam essa recitação e no corpo desses salmos, vê-se o texto interromper-se e as onomatopeias “ua”, “ui”, “ua”, sucederem-se em toda uma linha. A massa dos fiéis devia interromper a recitação e não retomá-la senão quando todos, em coro tivessem gemido bastante.

A procissão, finalmente, muitas vezes acompanhava as cerimônias religiosas e mesmo as cerimônias civis. Sobre um baixo-relevo assírio do British Museum que representa a tomada da cidade de Madaktu em Elam, a população sai da cidade e se apresenta diante do vencedor, precedida de música, enquanto as mulheres do cortejo batem palmas à oriental para compassar a marcha.

O canto também tinha ligações com a magia. Há cantos a favor ou contra um nascimento feliz, cantos de amor, de ódio, de guerra, cantos de caça, de evocação dos mortos, cantos para favorecer, entre os viajantes, o estado de transe.

A dança, que é o gesto, o ato reforçado, se apoia em magia sobre leis da semelhança. Ela é mímica, aplica-se a todas as coisas:- há danças para fazer chover, para guerra, de caça, de amor etc.

Danças rituais têm sido representadas em monumentos da Ásia Ocidental, Suméria. Em Thechem-Ali, perto de Teerã; em Tepe-Sialk, perto de Kashan; em Tepe-Mussian, região de Susa, cacos arcaicos reproduzem filas de mulheres nuas, dando-se as mãos, cabelos ao vento, executando uma dança. Em cilindros-sinetes vêem-se danças no curso dos festins sagrados (tumbas reais de Ur).

O legado dos povos mesopotâmicos

Herdamos dos povos mesopotâmicos vários elementos de nossa cultura. Vejamos alguns:

- o ano de 12 meses e a semana de 7 dias;
- a divisão do dia em 24 horas;
- a crença nos horóscopos e os doze signos do zodíaco;
- a previsão dos eclipses.
- o hábito de fazer o plantio de acordo com as fases da lua;
- a circunferência de 360 graus;
- o processo aritmético das operações matemáticas; multiplicação, divisão, soma e subtração além de raiz quadrada e cúbica.

Fonte: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/mesopotamia/p7.php>

A ALTA IDADE MÉDIA

Lembre-se que a Idade Média esteve dividida em dois períodos:

- Alta idade Média: que se estendeu do século V ao século IX
- Baixa Idade Média: que se estendeu do século X ao século XV

Características da Alta Idade Média

Por volta do século V, o Império Romano do Ocidente enfrentava grave crise, a economia havia perdido parte do seu dinamismo e a atividade econômica começou a girar cada vez mais em torno da vida agrária.

A crise favoreceu a invasão do império por diversos povos, sobretudo os de origem germânica, chamados de “povos bárbaros”, pelos romanos, por serem estrangeiros e não falarem o latim.

Os germanos formaram novos reinos dentro do território romano. A partir do século IV, se formaram reinos independentes, entre eles: os vândalos (no norte da África), ostrogodos (na península Itálica), anglo-saxões (na Britânia – atual Inglaterra), visigodos (na península Ibérica) e os francos (na Europa Central – atual França).

Os francos constituíram o reino mais poderoso da Europa Ocidental na Alta Idade Média. Carlos Magno foi o mais importante rei da dinastia Carolíngia. No século VIII, foi coroado imperador pelo papa Leão III, em Roma.

A Alta Idade Média e o Feudalismo na Europa

O feudalismo, estrutura econômica social, política e cultural, baseada na posse da terra, predominou na Europa Ocidental durante a Idade Média. Foi marcado pelo predomínio da vida rural e pela ausência ou redução do comércio no continente europeu.

A sociedade feudal baseava-se na existência de dois grupos sociais – *senhores e servos*. O trabalho na sociedade feudal estava fundado na servidão, onde os trabalhadores viviam presos à terra e subordinados a uma série de obrigações em impostos e serviços.

O feudalismo variava de região para região e de época para época, ao longo da Idade Média.

Saiba também sobre as Relações de Suserania e Vassalagem no Feudalismo.

A Igreja Medieval

A influência da religião em todos os aspectos da vida medieval era imensa, a fé inspirava e determinava os mínimos atos da vida cotidiana.

O homem medieval foi condicionado a crer que a igreja era a intermediária entre o indivíduo e Deus, e que a graça divina só seria alcançada através dos sacramentos.

A vida monástica e as ordens religiosas começaram a surgir na Europa a partir de 529, quando São Bento de Múrcia fundou o mosteiro no monte Cassino, na Itália e criou a ordem dos beneditinos.

O Império Bizantino

O Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla, fundada por Constantino em 330, inicialmente chamada de Nova Roma, atingiu o máximo esplendor no governo de Justiniano (527-565) e conseguiu atravessar toda a Idade Média, como um dos estados mais poderosos do Mediterrâneo.

No poder, Justiniano procurou organizar as leis do Império. Encarregou uma comissão para elaborar o Digestor, uma espécie de manual de Direito destinado aos principiantes.

Publicado em 533, esse manual reunia as leis redigidas por grandes juristas. Foram publicadas também as Institutas, com os princípios fundamentais do *Direito Romano*, e no ano seguinte, foi concluído o código Justiniano.

Fim da Alta Idade Média

O sistema feudal estava completo nos séculos IX e X, com a invasão dos árabes no Sul da Europa, dos vikings (normandos) no norte e dos húngaros no leste.

1.	Conceitos, hardware, software	01
2.	Instalação, configuração e utilização: Word 2010, Excel 2010, Outlook 2010 e PowerPoint 2010 e suas respectivas versões.	01

CONCEITOS, HARDWARE, SOFTWARE

Hardware

Hardware refere-se a parte física do computador, isto é, são os dispositivos eletrônicos que necessitamos para usarmos o computador. Exemplos de hardware são: CPU, teclado, mouse, disco rígido, monitor, scanner, etc.

Software

Software, na verdade, **são os programas usados para fazer tarefas e para fazer o hardware funcionar**. As instruções de software são programadas em uma linguagem de computador, traduzidas em linguagem de máquina e executadas por computador.

O software pode ser categorizado em dois tipos:

- Software de sistema operacional
- Software de aplicativos em geral

• Software de sistema operacional

O software de sistema é o responsável pelo funcionamento do computador, é a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Software de aplicação

O software de aplicação é aquele utilizado pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos de software de aplicativos incluem Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, etc.

Para não esquecer:

HARDWARE	É a parte física do computador
SOFTWARE	São os programas no computador (de funcionamento e tarefas)

Periféricos

Periféricos são os dispositivos externos para serem utilizados no computador, ou mesmo para aprimorá-lo nas suas funcionalidades. Os dispositivos podem ser essenciais, como o teclado, ou aqueles que podem melhorar a experiência do usuário e até mesmo melhorar o desempenho do computador, tais como design, qualidade de som, alto falantes, etc.

Tipos:

PERIFÉRICOS DE ENTRADA	Utilizados para a entrada de dados;
PERIFÉRICOS DE SAÍDA	Utilizados para saída/visualização de dados

• Periféricos de entrada mais comuns.

- O teclado é o dispositivo de entrada mais popular e é um item essencial. Hoje em dia temos vários tipos de teclados ergonômicos para ajudar na digitação e evitar problemas de saúde muscular;
- Na mesma categoria temos o scanner, que digitaliza dados para uso no computador;
- O mouse também é um dispositivo importante, pois com ele podemos apontar para um item desejado, facilitando o uso do computador.

• Periféricos de saída populares mais comuns

- Monitores, que mostra dados e informações ao usuário;

- Impressoras, que permite a impressão de dados para material físico;
- Alto-falantes, que permitem a saída de áudio do computador;
- Fones de ouvido.

Sistema Operacional

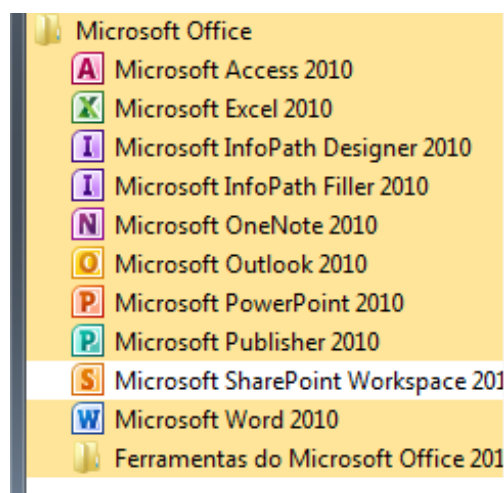
O software de sistema operacional é o responsável pelo funcionamento do computador. É a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Aplicativos e Ferramentas

São softwares utilizados pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos: Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, além de ferramentas construídas para fins específicos.

INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E UTILIZAÇÃO: WORD 2010, EXCEL 2010, OUTLOOK 2010 E POWERPOINT 2010 E SUAS RESPECTIVAS VERSÕES

Microsoft Office



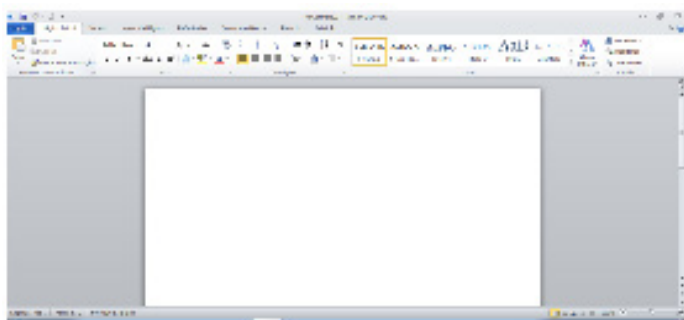
O Microsoft Office é um conjunto de aplicativos essenciais para uso pessoal e comercial, ele conta com diversas ferramentas, mas em geral são utilizadas e cobradas em provas o Editor de Textos – Word, o Editor de Planilhas – Excel, e o Editor de Apresentações – PowerPoint. A seguir verificamos sua utilização mais comum:

Word

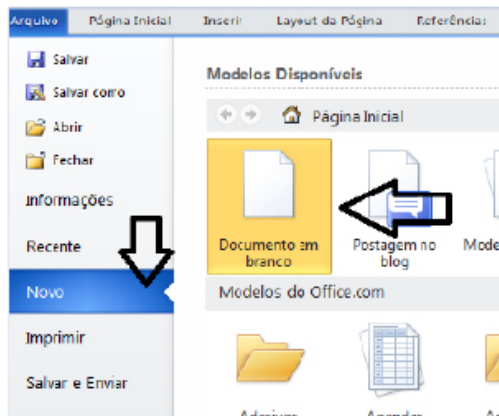
O Word é um editor de textos amplamente utilizado. Com ele podemos redigir cartas, comunicações, livros, apostilas, etc. Vamos então apresentar suas principais funcionalidades.

• Área de trabalho do Word

Nesta área podemos digitar nosso texto e formatá-lo de acordo com a necessidade.



• Iniciando um novo documento



A partir deste botão retornamos para a área de trabalho do Word, onde podemos digitar nossos textos e aplicar as formatações desejadas.

• Alinhamentos

Ao digitar um texto, frequentemente temos que alinhá-lo para atender às necessidades. Na tabela a seguir, verificamos os alinhamentos automáticos disponíveis na plataforma do Word.

GUIA PÁGINA INICIAL	ALINHAMENTO	TECLA DE ATALHO
	Justificar (arruma a direita e a esquerda de acordo com a margem)	Ctrl + J
	Alinhamento à direita	Ctrl + G
	Centralizar o texto	Ctrl + E
	Alinhamento à esquerda	Ctrl + Q

• Formatação de letras (Tipos e Tamanho)

Presente em *Fonte*, na área de ferramentas no topo da área de trabalho, é neste menu que podemos formatar os aspectos básicos de nosso texto. Bem como: tipo de fonte, tamanho (ou pontuação), se será maiúscula ou minúscula e outros itens nos recursos automáticos.



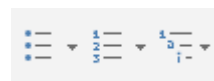
GUIA PÁGINA INICIAL	FUNÇÃO
	Tipo de letra
	Tamanho
	Aumenta / diminui tamanho
	Recursos automáticos de caixa-altas e baixas
	Limpa a formatação

• Marcadores

Muitas vezes queremos organizar um texto em tópicos da seguinte forma:

- **Item 1**
- **Item 2**
- **Item 2**

Podemos então utilizar na página inicial os botões para operar diferentes tipos de marcadores automáticos:



• Outros Recursos interessantes:

GUIA	ÍCONE	FUNÇÃO
Página inicial		- Mudar Forma - Mudar cor de Fundo - Mudar cor do texto
Inserir		- Inserir Tabelas - Inserir Imagens
Revisão		Verificação e correção ortográfica
Arquivo		Salvar

Excel

O Excel é um editor que permite a criação de tabelas para cálculos automáticos, análise de dados, gráficos, totais automáticos, dentre outras funcionalidades importantes, que fazem parte do dia a dia do uso pessoal e empresarial.

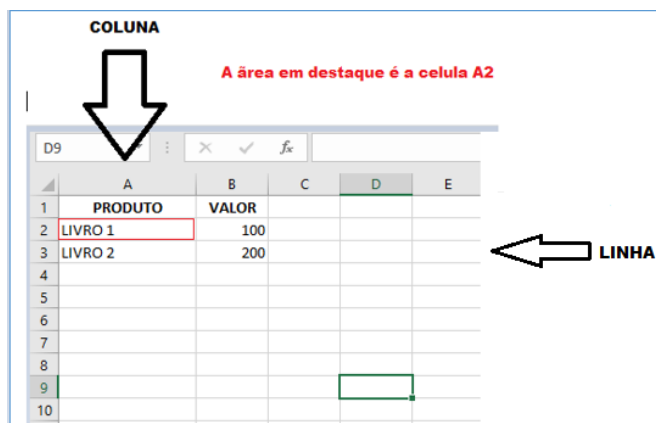
São exemplos de planilhas:

- Planilha de vendas;
- Planilha de custos.

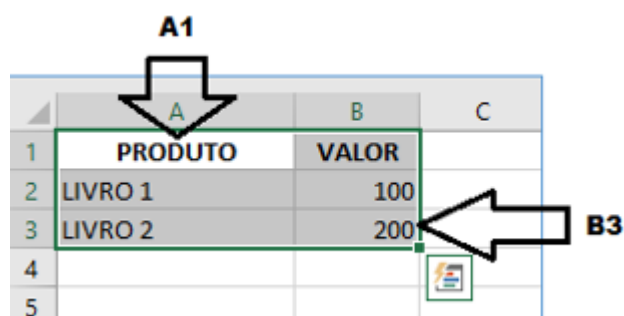
Desta forma ao inserirmos dados, os valores são calculados automaticamente.

• Mas como é uma planilha de cálculo?

- Quando inseridos em alguma célula da planilha, os dados são calculados automaticamente mediante a aplicação de fórmulas específicas do aplicativo.
- A unidade central do Excel nada mais é que o cruzamento entre a linha e a coluna. No exemplo coluna A, linha 2 (A2)

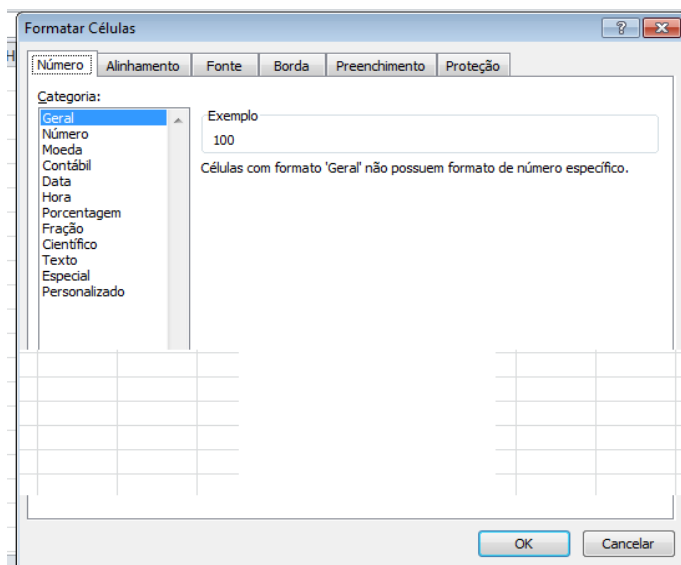


- Podemos também ter o intervalo A1..B3



- Para inserirmos dados, basta posicionarmos o cursor na célula, selecionarmos e digitarmos. Assim se dá a iniciação básica de uma planilha.

• Formatação células



• Fórmulas básicas

ADIÇÃO	=SOMA(célulaX;célulaY)
SUBTRAÇÃO	=(célulaX-célulaY)
MULTIPLICAÇÃO	=(célulaX*célulaY)
DIVISÃO	=(célulaX/célulaY)

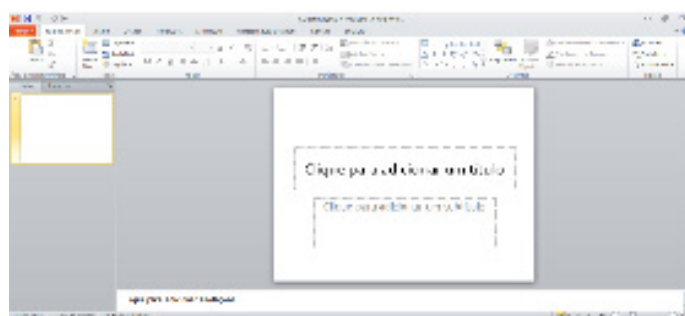
• Fórmulas de comum interesse

MÉDIA (em um intervalo de células)	=MEDIA(célula X:célulaY)
MÁXIMA (em um intervalo de células)	=MAX(célula X:célulaY)
MÍNIMA (em um intervalo de células)	=MIN(célula X:célulaY)

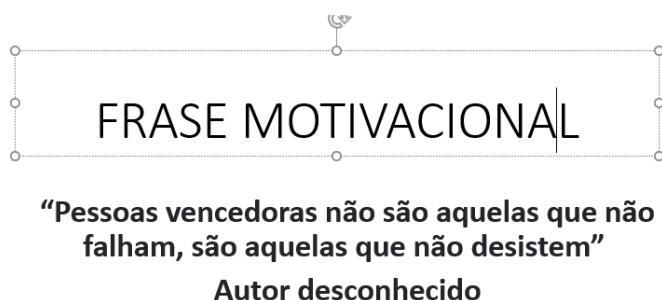
PowerPoint

O PowerPoint é um editor que permite a criação de apresentações personalizadas para os mais diversos fins. Existem uma série de recursos avançados para a formatação das apresentações, aqui veremos os princípios para a utilização do aplicativo.

• Área de Trabalho do PowerPoint

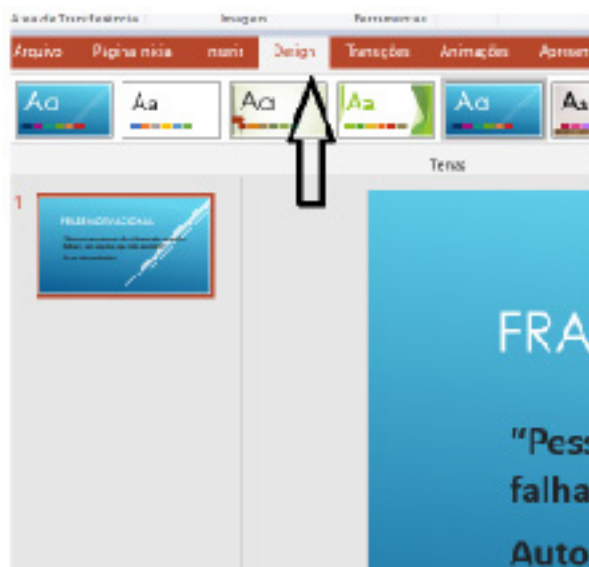


Nesta tela já podemos aproveitar a área interna para escrever conteúdos, redimensionar, mover as áreas delimitadas ou até mesmo excluí-las. No exemplo a seguir, perceba que já movemos as caixas, colocando um título na superior e um texto na caixa inferior, também alinhamos cada caixa para ajustá-las melhor.

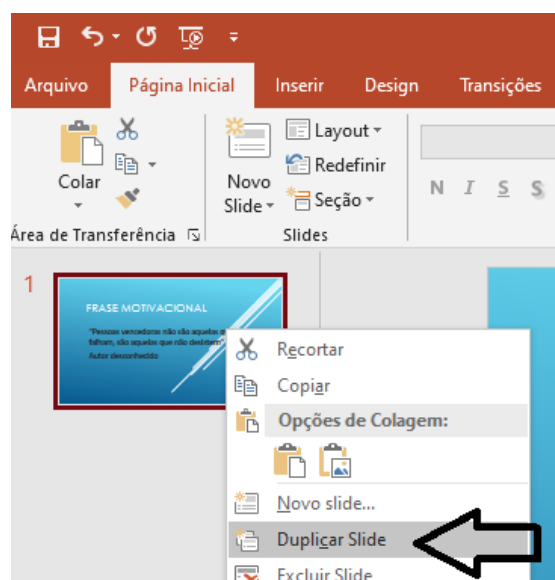


Perceba que a formatação dos textos é padronizada. O mesmo tipo de padrão é encontrado para utilizarmos entre o PowerPoint, o Word e o Excel, o que faz deles programas bastante parecidos, no que diz respeito à formatação básica de textos. Confira no tópico referente ao Word, itens de formatação básica de texto como: alinhamentos, tipos e tamanhos de letras, guias de marcadores e recursos gerais.

Especificamente sobre o PowerPoint, um recurso amplamente utilizado a guia Design. Nela podemos escolher temas que mudam a aparência básica de nossos slides, melhorando a experiência no trabalho com o programa.

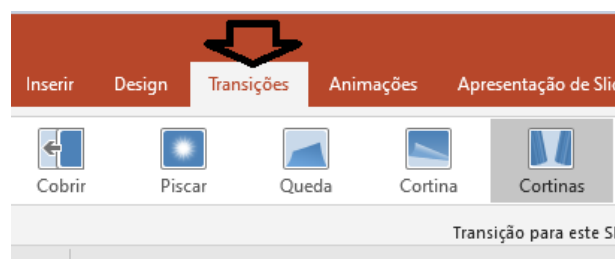


Com o primeiro slide pronto basta duplicá-lo, obtendo vários no mesmo formato. Assim liberamos uma série de miniaturas, pelas quais podemos navegar, alternando entre áreas de trabalho. A edição em cada uma delas, é feita da mesma maneira, como já apresentado anteriormente.

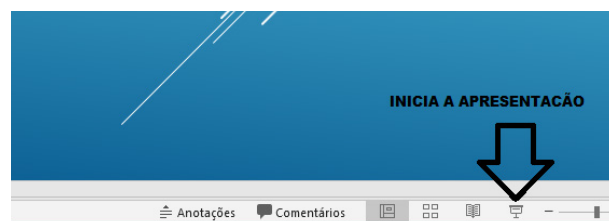


Percebemos agora que temos uma apresentação com quatro slides padronizados, bastando agora editá-lo com os textos que se fizerem necessários. Além de copiar podemos mover cada slide de uma posição para outra utilizando o mouse.

As Transições são recursos de apresentação bastante utilizados no PowerPoint. Servem para criar breves animações automáticas para passagem entre elementos das apresentações.



Tendo passado pelos aspectos básicos da criação de uma apresentação, e tendo a nossa pronta, podemos apresentá-la bastando clicar no ícone correspondente no canto inferior direito.



Um último recurso para chamarmos atenção é a possibilidade de acrescentar efeitos sonoros e interativos às apresentações, levando a experiência dos usuários a outro nível.

Office 2013

A grande novidade do Office 2013 foi o recurso para explorar a navegação sensível ao toque (TouchScreen), que está disponível nas versões 32 e 64. Em equipamentos com telas sensíveis ao toque (TouchScreen) pode-se explorar este recurso, mas em equipamentos com telas simples funciona normalmente.

O Office 2013 conta com uma grande integração com a nuvem, desta forma documentos, configurações pessoais e aplicativos podem ser gravados no Skydrive, permitindo acesso através de smart-fones diversos.

• Atualizações no Word

- O visual foi totalmente aprimorado para permitir usuários trabalhar com o toque na tela (TouchScreen);
- As imagens podem ser editadas dentro do documento;
- O modo leitura foi aprimorado de modo que textos extensos agora ficam disponíveis em colunas, em caso de pausa na leitura;
- Pode-se iniciar do mesmo ponto parado anteriormente;
- Podemos visualizar vídeos dentro do documento, bem como editar PDF(s).

• Atualizações no Excel

- Além de ter uma navegação simplificada, um novo conjunto de gráficos e tabelas dinâmicas estão disponíveis, dando ao usuário melhores formas de apresentar dados.
- Também está totalmente integrado à nuvem Microsoft.

• Atualizações no PowerPoint

- O visual teve melhorias significativas, o PowerPoint do Office 2013 tem um grande número de templates para uso de criação de apresentações profissionais;
- O recurso de uso de múltiplos monitores foi aprimorado;
- Um recurso de zoom de slide foi incorporado, permitindo o destaque de uma determinada área durante a apresentação;
- No modo apresentador é possível visualizar o próximo slide antecipadamente;
- Estão disponíveis também o recurso de edição colaborativa de apresentações.

Office 2016

O Office 2016 foi um sistema concebido para trabalhar juntamente com o Windows 10. A grande novidade foi o recurso que permite que várias pessoas trabalhem simultaneamente em um mesmo projeto. Além disso, tivemos a integração com outras ferramentas, tais como Skype. O pacote Office 2016 também roda em smartphones de forma geral.

• Atualizações no Word

- No Word 2016 vários usuários podem trabalhar ao mesmo tempo, a edição colaborativa já está presente em outros produtos, mas no Word agora é real, de modo que é possível até acompanhar quando outro usuário está digitando;
- Integração à nuvem da Microsoft, onde se pode acessar os documentos em tablets e smartphones;
- É possível interagir diretamente com o Bing (mecanismo de pesquisa da Microsoft, semelhante ao Google), para utilizar a pesquisa inteligente;
- É possível escrever equações como o mouse, caneta de toque, ou com o dedo em dispositivos touchscreen, facilitando assim a digitação de equações.

• Atualizações no Excel

- O Excel do Office 2016 manteve as funcionalidades dos anteriores, mas agora com uma maior integração com dispositivos móveis, além de ter aumentado o número de gráficos e melhorado a questão do compartilhamento dos arquivos.

• Atualizações no PowerPoint

- O PowerPoint 2016 manteve as funcionalidades dos anteriores, agora com uma maior integração com dispositivos móveis, além de ter aumentado o número de templates melhorado a questão do compartilhamento dos arquivos;

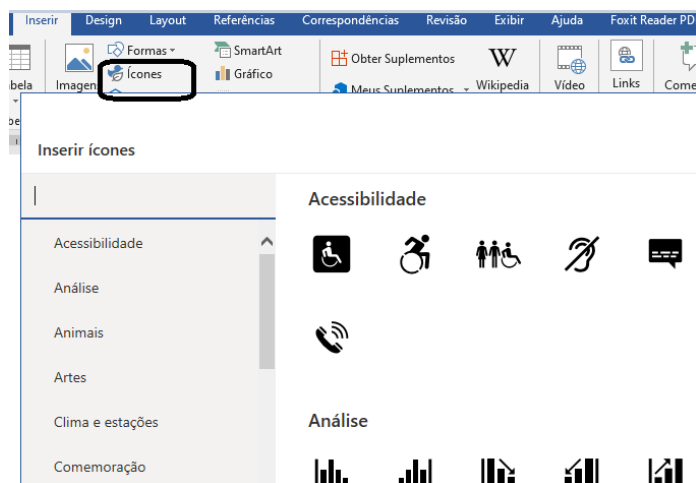
- O PowerPoint 2016 também permite a inserção de objetos 3D na apresentação.

Office 2019

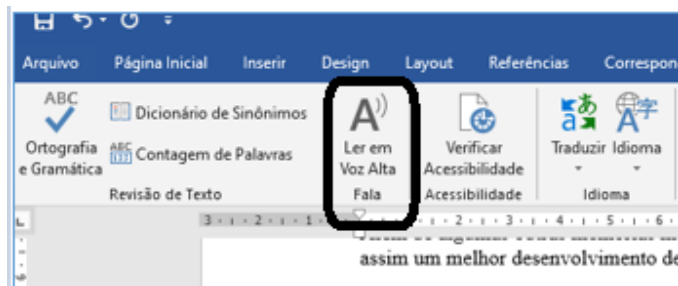
O OFFICE 2019 manteve a mesma linha da Microsoft, não houve uma mudança tão significativa. Agora temos mais modelos em 3D, todos os aplicativos estão integrados como dispositivos sensíveis ao toque, o que permite que se faça destaque em documentos.

• Atualizações no Word

- Houve o acréscimo de ícones, permitindo assim um melhor desenvolvimento de documentos;



- Outro recurso que foi implementado foi o “Ler em voz alta”. Ao clicar no botão o Word vai ler o texto para você.



• Atualizações no Excel

- Foram adicionadas novas fórmulas e gráficos. Tendo como destaque o gráfico de mapas que permite criar uma visualização de algum mapa que deseja construir.

Pais	
África do Sul	120
Brasil	175
China	290
Estados Unidos	360
França	310
Indonésia	90
Japão	115
Reino Unido	215

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
PSICÓLOGO

1. História da Psicologia: principais correntes, influências, contribuições e teóricos.	01
2. Saúde Mental: concepção de saúde e doença; conceito de normal e patológico; contribuições da psiquiatria, psicologia e psicanálise.	02
3. Conceitos gerais em Psicoterapia.	02
4. Psicopatologia	03
5. Semiologia dos Transtornos Mentais.	04
6. Psicodiagnóstico: a função do diagnóstico, instrumentos disponíveis e suas aplicabilidades.	04
7. Teóricas e técnicas psicoterápicas.	05
8. Principais modelos de psicoterapia.	05
9. Teorias da Personalidade.	05
10. Avaliação Psicológica. Testes psicológicos.	06
11. Psicometria.	06
12. Psicologia do Desenvolvimento: todas as fases do desenvolvimento.	06
13. Psicologia da Aprendizagem.	45
14. Psicologia Social.	46
15. Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos: O papel do profissional de Psicologia inserido nas Políticas Públicas.	46
16. Código de Ética Profissional do Psicólogo.	46
17. Resoluções e Normas do Conselho Federal de Psicologia.	49
18. Psicologia baseada em evidências.	49
19. Mecanismos de defesa.	50
20. Pesquisa em Psicoterapia.	50
21. Regulação emocional em psicoterapia.	50
22. Etiologia das Deficiências Mentais.	51
23. Atualidades relativas à profissão.	51

**HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: PRINCIPAIS CORRENTES,
INFLUÊNCIAS, CONTRIBUIÇÕES E TEÓRICOS**

Primórdios da Psicologia: o termo psicologia como designação dos estudos da mente foi empregado pela primeira vez no século XVII, por Christian Wolf. O filósofo alemão fragmentou a psicologia em dois métodos diferentes, o empírico e o racional. Na psicologia empírica, as informações da mente eram obtidas por meio da observação de si próprio e das demais pessoas; na abordagem da psicologia racional, o processo se dava pela aplicação da lógica e da razão. Mas foi somente no século XIX que os estudos da mente passaram a ser aplicados com maior rigor, e a psicologia teve seu desenvolvimento científico, a partir da junção entre estudos da Fisiologia e as filosofias da mente.

Primeiras escolas: em meados do século XIX, as escolas evolucionista (baseada nos estudos de Jean-Baptiste de Lamarck) e comparatista (criada a partir das pesquisas de associativismo e fisiologia realizadas por Herbert Spencer) eram as principais da Inglaterra. A concepção associativista de Spencer entendia que a mente como uma lacuna em branco que, para se desenvolver, precisava de associações. Essa teoria sofreu bastante resistência, pois contestava o darwinismo, amplamente reconhecido.

Surgimento de novas escolas: apesar da oposição geral ao comparativismo, essa teoria foi eleita por cientistas norte-americanos e da própria Inglaterra, influenciando, assim, as linhas behaviorista, funcionalista, Gestalt e estruturalista.

- Funcionalismo e Estruturalismo: dentre as escolas que surgiram no início do século XX nos Estados Unidos, o estruturalismo e o funcionalismo empreenderam uma grande concorrência entre si, pois, ao se fundamentar no darwinismo social, concentrar-se-iam nas ciências biológicas.

- Behaviorismo: terceira escola norte-americana, a psicologia behaviorista teve início em 1913, com base em um artigo de John Watson, e foi amplamente difundida por Edward C. Tolman, Clark L. Hull e, principalmente por Burrhus Frederic Skinner. A escola behaviorista fez a correlação entre as funções psicológicas e as estruturas biológicas, explicando tais correlações conforme a fisiologia.

- Psicologia Gestalt: essa teoria foi criada no mesmo período do behaviorismo e fortemente instigada pelas escolas norte-americanas. A psicologia Gestalt foi considerada reducionista, e focava nas leis mentais (as leis determinantes do modo como o ser humano percebe as coisas). Assim como a teoria behaviorista, a perspectiva de Gestalt resultou da realidade decorrente da Primeira Guerra Mundial.

A teoria da Psicanálise (década de 1920): Sigmund Freud criou a psicanálise, que sofreu certa resistência no início, por conta da falta de rigor empírico. Erik Johnson e Carl Gustav são outros grandes nomes da psicanálise, pois contribuíram com suas pesquisas para essa vertente.

Psicologia Humanista (década de 1930): Rogério Buys desenvolveu, nos Estados Unidos, a escola humanista, com base na filosofia existencialista (Jean-Paul Sartre), e amplamente influenciado pelos grupos anti darwinistas no cenário da Segunda Guerra Mundial. Para Buys, a psicologia humanista questiona o determinismo gerado pelo darwinismo social. Um dos princípios dessa teoria diz respeito à independência do indivíduo, que, como paciente, deve receber estímulos para conhecer e identificar os modos de conquistar sua autorrealização.

Cognitivismo (década de 1960): o psicólogo Lev Vygotsky destacou a psicologia cognitivista, que resgata alguns tópicos abordados na psicanálise. Essa escola propõe o estímulo ao desenvolvimento das habilidades, para determinar possíveis disfunções intelectuais e descobrir novas formas de entender suas vivências.

Expansão da psicologia (segunda metade do século XX): muitas escolas foram desenvolvidas, buscando problematizar algumas linhas anteriores, expandindo e adaptando as teorias para além do ramo clínico. É o caso do conexionismo, que, tendo como influenciador o linguista Noam Chomsky, agrega conhecimentos da área.

PRINCIPAIS TEORIAS E AUTORES DA PSICOLOGIA CLÍNICA

Estruturalismo - Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920, Alemanha)

Sua teoria de trabalho é chamada de estruturalismo, que tinha na estrutura consciente do comportamento e da mente, especialmente nas vivências sensoriais, seu objeto de estudo. Foi criador do primeiro laboratório experimental de Psicologia e autor de diversas contribuições acadêmicas no ramo, é considerado o fundador da Psicologia.

Funcionalismo - William James (1842 - 1910, Estados Unidos)

Segundo James, a mente consciente era um fluxo ininterrupto de interações com o ambiente, assim, empenhou-se no estudo direcionados à atividade dos processos mentais conscientes. Seu método de trabalho foi denominado funcionalismo, que defendia maior liberdade às vontades, aos valores e às emoções, pois, segundo James, esses elementos garantiam a individualidade de cada ser humano.

Teoria de Gestalt - Max Wertheimer (1880 - 1943, Tchecoslováquia)

Em conjunto com Wolfgang Köhler e Kurt Koffka, criou o método chamado Teoria de Gestalt, baseada no estudo dos processos perceptivos. De acordo com essa teoria, os fenômenos psíquicos podem ser entendidos se forem considerados na sua integralidade e não por meio da divisão dos aspectos percentuais.

Psicodinâmica - Sigmund Freud (Sigismund Schlomo Freud, 1856- 1939, República Tcheca)

Contribuiu para a Psicologia com a publicação de inúmeros estudos em torno da perspectiva da psicodinâmica. Segundo essa teoria, a natureza humana nem sempre é racional e as atitudes e comportamentos podem ser estimulados por elementos acessíveis somente ao inconsciente da mente. Para Freud, o período da infância era de extrema importância.

Psicologia analítica - Carl Gustav Jung (1875 - 1961, Suíça)

Apesar de abordar as mesmas perspectivas, suas teorias divergiam de Freud. Além de publicar a obra Tipos Psicológicos, em que tratava de noções de introversão e extroversão, apresentou estudos em torno do inconsciente coletivo.

Perspectiva Comportamental / Behaviorismo: Ivan Petrovich Pavlov (1849 - 1936, Rússia)

O médico fisiologista iniciou experimentos em animais, descobrindo, assim, muitos princípios válidos para o comportamento do ser humano, o que o levou a observar o condicionamento por estímulos e reações, e, conseqüentemente, ao aprimoramento da teoria do behaviorismo.

Perspectiva Humanista - Jean-Paul Charles Aymard Sartre (1905-1980, França)

Na década de 50, foi um dos grandes nomes da perspectiva humanista. Adepto da teoria Psicodinâmica, compreendia o ser humano como um ente controlado pelo seu inconsciente.

SAÚDE MENTAL: CONCEPÇÃO DE SAÚDE E DOENÇA; CONCEITO DE NORMAL E PATOLÓGICO; CONTRIBUIÇÕES DA PSIQUIATRIA, PSICOLOGIA E PSICANÁLISE

Concepção de saúde e doença: a Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde mental como “um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”. Essa concepção está relacionada ao modo como um indivíduo responde aos desafios, às exigências e mudanças da vida, e também à forma como esse sujeito harmoniza suas emoções e pensamentos. Existem especificidades e fatores gerais nos modos de manifestação e reprodução da concepção de saúde e doença, entre os principais estão:

1. Fatores bioecológicos: esses aspectos são apresentados no comportamento de cada indivíduo, centralizando-se nas características da pessoa, que afetam seu modo de perceber o mundo.

2. Fatores relacionais: esses aspectos são destacados nas interações sociais, nos ambientes mais próximos dos amigos, dos colegas, dos parceiros íntimos, dos familiares, e sua influência na forma de perceber e conhecer a saúde e doença mental.

3. Fatores comunitários: nos âmbitos comunitários são designados a escola, os ambientes de trabalho, a vizinhança e o serviço de saúde e, como problemas que ultrapassam essas conjunturas pode-se ter em conta os altos níveis de desemprego, a frequência do tráfico de armas e de drogas e de componentes de natureza relacional, como isolamento social em que vivem algumas famílias e as condições dos serviços assistenciais.

4. Fatores sociais: os aspectos bioecológicos enfatizam os fatores sociais mais amplos que têm impacto na construção da concepção de saúde e doença, como regras culturais e preconceitos. Com base nos fatores sociais, compreende-se que a construção das concepções de saúde e doença mental se sucedem nas micro interações e no contexto da vida.

Conceito de normal e patológico: são diversas as concepções de normalidade, e do mesmo modo, de patologia. Se considerar, obviamente, que aquilo que foge ao normal é patológico. A fronteira entre o normal e o patológico é inconsistente. O normal é flexível, assim, se adapta e se modifica conforme os contextos individuais. Dois indivíduos podem estar sujeitos à influências idênticas, mas apresentarem reações distintas diante delas. De acordo com o filósofo e médico francês Georges Canguilhem (1901-1995), para se julgar o normal e o patológico, é necessário olhar para além do corpo. O que adoecce não é somente o corpo ou suas partes: ocorre um mal-estar, um adoecimento, que se está na sociedade, portanto, que não se restringe aos limites corporais. São muitas os critérios para se determinar onde termina a saúde e começa a doença. Alguns dos mais utilizados pela psicopatologia determinam:

- Normalidade é a ausência de doença: a inexistência de sinais, sintomas ou de doenças; é evidência de saúde.

- Normalidade é bem-estar. Em 1946, a OMS publicou a definição de que a saúde é o “complemento entre o bem-estar físico, mental e social e não somente como ausência de doença”.

- Normalidade funcional: com base em componentes funcionais, é classificado como patológico o fenômeno que gera sofrimento para o indivíduo e/ou para o seu grupo social.

- Normalidade subjetiva: o que conta, nesse caso, é a percepção subjetiva do indivíduo a respeito de seu próprio estado de saúde.

Contribuições da psiquiatria, psicologia e psicanálise

Psiquiatria: em termos gerais, o modelo clássico da psiquiatria transformava o distúrbio mental em doença e produzia uma obrigatoriedade social por assistência e tratamento, ao segregar o doente do convívio social e permitir que os distúrbios mentais se transformassem em elemento do qual é necessário se afastar. Foi a **Reforma Psiquiátrica**, determinada pela Lei nº10.216/2001, que promoveu fechamento progressivo de hospícios e manicômios proliferados pelo território brasileiro. Também conhecida como Lei Antimanicomial, essa determinação tem como seu maior princípio a hospitalização do doente apenas se o tratamento extra hospitalar se comprovar ineficiente. Assim, a reforma psiquiátrica contribuiu para a descentralização da assistência, orientada para o desenvolvimento da qualidade de vida da pessoa portadora de distúrbio mental e colaborando com a inclusão social dos pacientes, ao proporcionar as trocas sociais e, conseqüentemente, a cidadania.

Psicologia: no âmbito social, as contribuições da psicologia estão relacionadas à possibilidade de desenvolvimento ambientes e mecanismos de diálogo aos usuários e equipe, incrementando a autonomia e o autocuidado, operando como simplificador dos modos de vida e de grupos e indivíduos introduzidos em um único contexto territorial, proporcionando a renovação do desenvolvimento humano e da realidade social desses indivíduos. A inclusão da psicologia na sociedade é crucial para a compreensão do modo como o ser humano constrói sua história (suas expectativas futuras, sua relação com o passado e o que se experimenta e constrói no tempo presente). Na esfera educacional, a psicologia da educação auxilia os docentes na adaptação de seu ensino em conformidade com o nível dos estudantes e seus processos de aprendizagem. Para que haja o repasse eficiente do conhecimento, é necessário que o docente possua uma boa didática relacionada a uma educação dinâmica, saudável e recreativa.

Psicanálise: a principal contribuição da psicanálise para o desenvolvimento humano situa-se nas forças inconscientes motivadoras do comportamento humano. Essa modalidade terapêutica propõe-se a relacionar as mudanças qualitativas, com a finalidade de fazer com que os indivíduos possam compreender os conflitos emocionais inconscientes. No âmbito educacional, as contribuições da psicanálise são muitas, sendo a principal o reconhecimento e o trabalho com todos os processos transferenciais que abrangem a aprendizagem.

CONCEITOS GERAIS EM PSICOTERAPIA

Definição: o termo psicoterapia tem origem no vocabulário grego, em que *psyche* quer dizer *mente* e *therapeuein*, curar. Trata-se, portanto, de uma terapia que se propõe a tratar problemas relacionadas à mente e de ordem psicológica, como ansiedade, depressão, dificuldades de relacionamento e socialização, etc.

Abordagens psicoterápicas: na psicoterapia, os profissionais aplicam procedimentos cientificamente comprovados para auxiliar os pacientes no desenvolvimento de hábitos saudáveis e efetivos. Dentre as diversas abordagens da psicoterapia, as principais são:

- Behaviorismo - Burrhus Frederic Skinner: também chamado de Psicologia Comportamental, o behaviorismo se fundamenta na análise e na modificação dos comportamentos. Segundo Skinner, nossas ações estão sujeitas às relações funcionais estímulo antecedente - resposta comportamental - consequência.

- Fenomenologia - Jean-Paul Sartre, Edmund Husserl e Martin Heidegger: escola com base na filosofia e foco na realidade das vivências e na intencionalidade das ações. Isto é, abrange autocohecimento, autoanálise, consciência, e ações intencionais. Segundo essa teoria, cada indivíduo experiencia o mundo de forma singular, e os fenômenos acontecem quando a pessoa reúne corpo, mente e fatos, dando significado às suas experiências.

- Psicologia humanista - Carl Rogers: segundo essa corrente, cuja terapia é centrada na pessoa, todo o ser humano tem uma disposição à realização, o que pode impulsioná-lo ao desenvolvimento e à evolução em qualquer sentido que desejar. A aceitação incondicional é o principal conceito dessa corrente, e consiste na visão de que o indivíduo só consegue mudar a partir de quando se aceita como é. É o caso dos adictos, cuja recuperação só é possível quando reconhecem sua condição de dependentes químicos. Essa teoria não tem foco na própria culpabilização, sendo eficaz, portanto, para indivíduos com problemas causados pela baixa autoestima e autocrítica.

- Análise Junguiana - Carl Gustav Jung: ao contrário do que defendia Freud, que recorria à associação livre, Jung apostava no método da imaginação ativa, que consiste na liberação das fantasias do paciente e no acesso aos demais personagens que povoam sua mente. É comum o uso de desenhos, pinturas, entre outras artes.

- Psicanálise - Sigmund Freud: considerada a primeira escola da psicoterapia, a psicanálise utiliza a técnica da associação livre, que orienta o paciente a verbalizar de forma livre todos os pensamentos que acometem sua mente, seja qual for seu teor. Com esse método, o terapeuta ajuda o paciente a lidar e a entender os conflitos que experiencia no presente, por meio da integração e resgate dos objetos de seu inconsciente, sejam os que se manifestam em sonhos ou mesmo conteúdo que jamais tenham sido acessados.

- Terapia cognitivo-comportamental (TCC) - Aaron Beck: o criador dessa corrente entendeu que cada indivíduo é dotado de um modo próprio de enxergar o mundo. Os padrões de agir e pensar se desenvolvem e se solidificam conforme as vivências de cada um. Esses pensamentos disfuncionais, por sua vez, geram as emoções negativas e estimulam condutas autodestrutivas ou inadequadas.

PSICOPATOLOGIA

PSICOPATOLOGIA DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E ADULTO

Introdução

As literaturas em Psicologia e em Psicopatologia indicam que as psicopatologias na infância e na adolescência manifestam características próprias e exigem avaliações específicas sobre seu desenvolvimento, bem como à sua abordagem, tratamento e classificação. Por meio de análises preditivas e de retrospectão, pode-se considerar que o surgimento e a falta de abordagem adequada às condições clínicas em saúde mental da criança e do adolescente representam iminentes prenunciadores de desvios na vida adulta.

Diagnóstico

Os principais modelos de pesquisa em saúde mental da criança e do adolescente são:

- Avaliação Baseada em Diagnóstico
- Avaliação Empiricamente Baseada

Principais patologias na infância, adolescência e vida adulta

1. Depressão

• **Sintomas:** dificuldades de aprendizado/problemas de atenção/baixo rendimento escolar, falta de apetite, irritabilidade sem motivo aparente, falta de interesse por brincadeiras e interação com amigos, isolamento social, incontinência fecal e urinária, entre outros. Esses sintomas podem ser mais específicos de acordo com a idade da criança ou do adolescente.

• **Motivações prováveis:** situações traumáticas, divórcio dos pais, mudança de escola, conflitos familiares recorrentes, falta de convívio com os pais ou seu falecimento; maus tratos, como violações ou convênio cotidiana com pais adictos

• Tratamento:

1) **acompanhamento:** basicamente, a criança e o adolescente devem ter acompanhamento pediátrico, psiquiátrico e psicológico, além de professores e familiares. Para prevenir reincidências, é necessário que esse acompanhamento tenha a duração de, pelo menos, seis meses;

2) **terapia cognitivo-comportamental:** as sessões de psicoterapia são recomendadas para crianças até 9 anos e auxiliam o paciente a criar hábitos novos e mais saudáveis e a lidar com os problemas;

3) **medicação:** após os 9 anos, além da psicoterapia, é necessário recorrer aos antidepressivos, devidamente prescrito pelo psiquiatra. Estimulantes, antipsicóticos ou estabilizadores de humor também podem ser receitados.

2. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH):** distúrbio neurobiológico, de ordem genética, que surge na infância e regularmente permanece por toda a vida. Também é chamado de Distúrbio do Déficit de Atenção (DDA).

• **Sintomas:** desatenção, inquietude e impulsividade.

• Tratamento:

1) **Multimodal:** tratamento que associa medicações (na maior parte dos casos), acompanhamento de pais e professores e técnicas individuais que são lecionadas ao paciente;

2) **Terapia Cognitivo Comportamental:** esse tipo de psicoterapia, que, no Brasil, é de exercício exclusivo dos psicólogos, é o recomendado para os casos de TDAH, pois as demais modalidades de psicoterapia não apresentam comprovações científicas de auxílio no tratamento dos sintomas.

3. **Transtorno de conduta:** o diagnóstico desse distúrbio pode ocorrer ainda na infância, quando o indivíduo começa a agir com egoísmo, violência e manipulação, atitudes que afetam de forma direta o desempenho escolar e relacionamentos social e familiar do portador.

• **Diagnóstico:** a identificação desse distúrbio deve ser feita por psicólogo ou psiquiatra, a partir da observação de atitudes com duração mínima de 6 meses.

• **Principais sinais que indicam o transtorno de conduta:** baixa tolerância à frustração, com crises de irritabilidade constantes; rebeldia e postura desafiadora; ausência de empatia e preocupação com os outros; manipulação e mentiras constantes; culpabilização dos outros; agressividade; fugas de casa recorrentes; furtos e/ou roubos; vandalismo; crueldade com animais ou pessoas vulneráveis

• Tratamento:

1) **Terapia:** realizada por psicólogo ou psiquiatra, que avaliam os comportamentos e procuram identificar as causas e compreender as motivações;

2) **Medicações:** em alguns casos, para melhorar o transtorno de conduta ou permitir o autocontrole, medicações, como antipsicóticos, antidepressivos e estabilizadores de humor, podem ser prescritas pelo psiquiatra.

4. Transtorno esquizofreniforme: esquizofrenia é uma patologia que deturpa o pensamento, as percepções e as emoções (Organização Mundial da Saúde, 2002)¹. Na forma “paranoide”, seu modo mais típico, manifestam-se alucinações visuais e auditivas e delírios.

• **Primeiros sintomas:** esse distúrbio, que acomete em torno de 1% da população, é raro na infância e dá seus primeiros sinais entre 15 e 30 anos. Existe ainda a esquizofrenia precoce, que tem seus primeiros indícios antes dos 13 anos de idade. Essa condição somente irá se apresentar mais claramente na fase adulta.

• **Tratamento:**

- 1) medicação;
- 2) psicoterapia;
- 3) internação hospitalar, para casos extremos.

SEMILOGIA DOS TRANSTORNOS MENTAIS

Conforme as diretrizes do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5) e da Classificação internacional de doenças (CID-11), as principais psicopatologias na vida adulta e na fase de envelhecimento são:

1. Transtornos de humor: também conhecidos como transtorno afetivos, esses distúrbios apresentam alterações emocionais durante longos períodos de excessos de tristeza (depressão), de euforia (mania) ou de exaltação, ou os dois ao mesmo tempo.

• **Causas:** acontecimentos negativos recentes (falecimento de pessoa querida, desemprego, outras doenças), problemas nas relações afetivas, baixa auto-estima e estresse.

• **Sintomas e diagnóstico:** o transtorno do humor é comprovado quando a euforia ou mesmo a tristeza ocorrem em intensidade excessivas, acompanhadas por sintomas típicos e que compromete as capacidades funcionais física e social.

• **Tratamento:** prescrição médica de estabilizador do humor e, quando não suficiente, associa-se a um antidepressivo.

2. Transtornos de ansiedade generalizada (TAG): a ansiedade é uma resposta dentro na normalidade perante circunstâncias que podem levar à expectativa, ao medo e à dúvida. O distúrbio, porém, se caracteriza pela persistência e pelo descontrole do estado de “expectativa apreensiva ou preocupação excessiva”, pelo prazo mínimo de seis meses.

• **Sintomas e diagnóstico:** diante de sinais como preocupações e medos excessivos, visão irreal de problemas, inquietação ou sensação de estar sempre “nervoso, irritabilidade, tensão muscular, dores de cabeça, sudorese, dificuldade em manter a concentração, deve-se recorrer ao teste DASS-21, por meio do qual, é possível realizar a avaliação da gravidade dos sintomas centrais da ansiedade. Assim, o exame possibilita, além da mensuração da severidade dos sintomas, uma forma de medir e acompanhar a reação do paciente ao tratamento psicológico.

• **Tratamento:** Psicoterapia cognitivo-comportamental e medicação. Es da recaptção de serotonina (IRS).

3. Transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) e relacionados: transtorno comum, duradouro e crônico, que se caracteriza, como o próprio nome diz, por obsessões e/ou compulsões. É considerado uma doença grave, estando entre as dez principais causas de incapacitação (Organização Mundial da Saúde, 2002).

• **Obsessões:** impulsos, pensamentos ou imagens regulares e incensantes que são experienciamos como não desejados e intrusos: preocupação excessiva com limpeza; medo se contaminar com germes; conferência por muitas vezes, antes de sair ou de se deitar, as janelas, as portas, o ferro de passar, o gás ou panela no fogão; presença de pensamentos agressivos em relação aos outros ou a si próprio; presença de pensamentos indesejados impróprios (envolvendo religião, sexo e danos); manter a simetria das coisas ou sua perfeita ordem.

• **Compulsões:** atitudes mentais ou comportamentos recorrentes em que o sujeito se encontra forçado a realizar comorção a uma obsessão ou conforme regras que devem ser executadas com rigor: lavagem das mãos de forma e em vezes exageradas; limpeza excessiva; contagem compulsiva; ordenação das coisas de um modo preciso e particular; verificação repetida de tudo, como forno e portas

• **Sintomas:** mudanças de comportamento, de emoções (culpa, medo, aflição, entre outros) e de pensamentos (obsessões, dúvidas, preocupações em demasia, pensamentos ruins ou de teor descabido). Portadores do TOC sofrem de medos infundados, como de incorrer falha ou de contrair doenças.

• **Tratamento:** terapia cognitivo-comportamental (TCC), para condicionamento ao se enfrentar os pensamentos obsessivos e os medos (sem que se recorra às compulsões); 2) medicação: antidepressivos auxiliam na sensação de ansiedade.

PSICODIAGNÓSTICO: A FUNÇÃO DO DIAGNÓSTICO, INSTRUMENTOS DISPONÍVEIS E SUAS APLICABILIDADES

Definição: processo científico e, sendo assim, fundamenta-se em perguntas específicas, cujas respostas possíveis se estruturam como hipóteses que deverão ser confirmadas ou não por meio dos passos seguintes do processo. Em outras palavras, é o estudo profundo da personalidade. (CUNHA, 2003)².

Objetivo: servir de fundamento para propósitos clínicos (planejamento de uma psicoterapia), forenses, educacionais ou trabalhistas.

Demanda: necessidade do próprio psicólogo em sua atuação clínica ; solicitação de um outro psicólogo, que não desempenhe essa prática; solicitação de médico psiquiatra, a fim de confirmar sintomas ou avaliar a personalidade de forma mais profunda; demandas periciais, trabalhistas, periciais, avaliações de capacidade laboral, licença saúde, aposentadoria por invalidez ; ordem Judicial (imputabilidade, por exemplo).

Etapas do processo psicodiagnóstico:

1. Solicitação da consulta, ou encaminhamento
2. Primeiras entrevistas (defesas, fantasias de doença e cura, causas latentes, ansiedades)
3. Exame prévio do material, listagem de hipóteses, seleção dos instrumentos diagnósticos
4. Entrevista de devolução; devolutiva dialogada pela inserção de materiais; devolução com método lúdico
5. Análise do material e articulação das informações; procura por convergências e recorrências; interpretação e classificação dos testes
6. Aplicação da estratégia selecionada (com flexibilidade)
7. Elaboração do laudo

¹ Ministério da Saúde, Direção Geral da Saúde. RELATÓRIO MUNDIAL DA SAÚDE Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Brasil, 2002.

² CUNHA, Jurema Alcides. Psicodiagnóstico-V. 5 a ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TEÓRICAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS

ABORDAGENS PSICOTERÁPICAS

Psicanálise - Sigmund Freud

Considerada a primeira escola da psicoterapia, a psicanálise utiliza a técnica da associação livre, que orienta o paciente a verbalizar de forma livre todos os pensamentos que acometem sua mente, seja qual for seu teor. Com esse método, o terapeuta ajuda o paciente a lidar e a entender os conflitos que experiencia no presente, por meio da integração e resgate dos objetos de seu inconsciente, sejam os que se manifestam em sonhos ou mesmo conteúdo que jamais tenham sido acessados.

Behaviorismo - Burrhus Frederic Skinner

Também chamado de Psicologia Comportamental, o behaviorismo se fundamenta na análise e na modificação dos comportamentos. Segundo Skinner, nossas ações estão sujeitas às relações funcionais estímulo antecedente - resposta comportamental - consequência.

Psicologia humanista - Carl Rogers

Segundo essa corrente, cuja terapia é centrada na pessoa, todo o ser humano tem uma disposição à realização, o que pode impulsioná-lo ao desenvolvimento e à evolução em qualquer sentido que desejar. A aceitação incondicional é o principal conceito dessa corrente, e consiste na visão de que o indivíduo só consegue mudar a partir de quando se aceita como é. É o caso dos adictos, cuja recuperação só é possível quando reconhecem sua condição de dependentes químicos. Essa teoria não tem foco na própria culpabilização, sendo eficaz, portanto, para indivíduos com problemas causados pela baixa autoestima e autocrítica.

Análise Junguiana - Carl Gustav Jung

Ao contrário do que defendia Freud, que recorria à associação livre, Jung apostava no método da imaginação ativa, que consiste na liberação das fantasias do paciente e no acesso aos demais personagens que povoam sua mente. É comum o uso de desenhos, pinturas, entre outras artes.

Terapia cognitivo-comportamental (TCC) - Aaron Beck

O criador dessa corrente entendeu que cada indivíduo é dotado de um modo próprio de enxergar o mundo. Os padrões de agir e pensar se desenvolvem e se solidificam conforme as vivências de cada um. Esses pensamentos disfuncionais, por sua vez, geram as emoções negativas e estimulam condutas autodestrutivas ou inadequadas.

Fenomenologia - Jean-Paul Sartre, Edmund Husserl e Martin Heidegger

Escola com base na filosofia e foco na realidade das vivências e na intencionalidade das ações. Isto é, abrange autoconhecimento, autoanálise, consciência, o e ações intencionais. Segundo essa teoria, cada indivíduo experiencia o mundo de forma singular, e os fenômenos acontecem quando a pessoa reúne corpo, mente e fatos, dando significado às suas experiências.

PRINCIPAIS MODELOS DE PSICOTERAPIA

PSICOTERAPIAS

Psicanálise

Esse tipo de psicoterapia se realiza em um processo de escuta do paciente permeado pelo psicoterapeuta. Na sessão de análise, o paciente exprime livremente os seus pensamentos e é guiado à refletir sobre como tais assuntos exercem influência sobre seus sofrimentos e atitudes, tentando encontrar os significados ocultos no inconsciente. Sendo assim, é normal que seja concluída após um longo período e muitas sessões.

Cognitivo – Comportamental

Recomendada para casos de compulsões e estresse pós traumáticos. Trabalha com reflexão em torno de como o ambiente externo tem impacto nas atitudes do paciente. O profissional orienta o paciente a respeito dos gatilhos para surgimento de sinais e procura compreender como o paciente pode reagir para substituí-los por hábitos que contribuam para a sua qualidade de vida e bem estar.

Terapia em grupo

Tipo de psicoterapia aplicada para o tratamento de grupos cujos membros compartilham dos mesmos problemas, como fobias sociais e vícios diversos. É fundamental que os sujeitos se sintam confortáveis para ouvir e partilhar seus dilemas emocionais com os demais. Toda a discussão é intermediada por um profissional psicoterapeuta.

Terapia Familiar e de Casal

Recomendada para indivíduos com elo familiar-afetivo, essa modalidade de psicoterapia compreende problemas mentais graves em um membro da família, dificuldades na vida sexual de casais e questões de relacionamentos.

Hipnoterapia

Como o próprio nome diz, é a modalidade psicoterápica que recorre às técnicas de hipnose para promover a indução de pensamentos positivos no subconsciente. Em geral, é recomendada para casos que requerem soluções em curto prazo. Esse método viabiliza a alteração das formas de pensar, de sentir e de se comportar do paciente. O psicoterapeuta especializado em hipnose pode aplicar esse método associado a outros, e, no decorrer da sessão, colocar o paciente em um leve estado de transe.

TEORIAS DA PERSONALIDADE

Teoria da personalidade freudiana

Também chamada de teoria psicanalítica da personalidade, essa escola entende que toda conduta é estimulada por forças internas, que estão relacionadas diretamente ao desejo, isto é, o desenvolvimento da personalidade é guiado pela libido. Os impulsos agressivos e sexuais são os motivadores primários do desenvolvimento da personalidade no indivíduo, desde a infância. Freud estruturou a personalidade em três sistemas subdivididos, sendo:

- **id**: sistema primário da personalidade, relacionado às pulsões inconscientes e às ações primárias, que são as satisfações corpóreas. Em outras palavras, o id representa o fator biológico (DUANE & SYDNEY SCHULTZ, 2008).³

³ DUANE & SYDNEY SCHULTZ. Theories of Personality. EUA, Wadsworth Publishing, 2008.